

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	115
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.922.515.918
Preferenciais	0
Total	3.922.515.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2009	Dividendo	30/10/2009	Ordinária		0,00002
Reunião do Conselho de Administração	17/11/2009	Dividendo	30/11/2009	Ordinária		0,00005
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2010	Dividendo	21/06/2010	Ordinária		0,00003
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	31/12/2011	Ordinária		0,00001

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	4.762.451	4.658.509
1.01	Ativo Circulante	844.633	817.174
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.680	59.488
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.293	165
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.293	165
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	9.293	165
1.01.03	Contas a Receber	654.262	584.547
1.01.03.01	Clientes	654.262	584.547
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	735.047	642.011
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-121.436	-110.201
1.01.03.01.03	Consumidores de Baixa Renda	6.008	22.157
1.01.03.01.04	Ativos Regulatórios	3.824	3.832
1.01.03.01.05	Cauções e Depósitos	30.819	26.748
1.01.04	Estoques	580	740
1.01.06	Tributos a Recuperar	79.634	99.904
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	79.634	99.904
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.530	439
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	69.654	71.891
1.01.08.03	Outros	69.654	71.891
1.02	Ativo Não Circulante	3.917.818	3.841.335
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.433.711	1.234.435
1.02.01.03	Contas a Receber	20.920	20.867
1.02.01.03.01	Clientes	20.920	20.867
1.02.01.06	Tributos Diferidos	433.812	408.307
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	433.812	408.307
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	660	659
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	660	659
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	978.319	804.602
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	79.617	74.046
1.02.01.09.05	Depósitos Vinculados a Litígios	149.194	145.646
1.02.01.09.06	Cauções e Depósitos	23.901	23.374
1.02.01.09.07	Ativo Indenizável (Concessão)	725.607	561.536
1.02.03	Imobilizado	38.536	41.394
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.196	25.180
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	13.340	16.214
1.02.04	Intangível	2.445.571	2.565.506
1.02.04.01	Intangíveis	2.445.571	2.565.506
1.02.04.01.02	Softwares	34.678	37.371
1.02.04.01.03	Direito de Uso da Concessão	2.410.893	2.528.135

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	4.762.451	4.658.509
2.01	Passivo Circulante	1.150.799	1.109.160
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.721	29.547
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	28.721	29.547
2.01.02	Fornecedores	312.987	317.865
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	312.987	317.865
2.01.03	Obrigações Fiscais	82.526	53.261
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	567.332	567.248
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	241.716	248.859
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	241.716	248.859
2.01.04.02	Debêntures	325.616	318.389
2.01.05	Outras Obrigações	159.233	141.239
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.108	1.279
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.108	1.279
2.01.05.02	Outros	158.125	139.960
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	23.998	24.007
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	36.343	35.954
2.01.05.02.05	Parcelamento Especial	7.379	7.215
2.01.05.02.06	Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e de Eficiência Energética	31.221	23.028
2.01.05.02.07	Obrigações com Contribuição de Iluminação Pública	15.007	13.659
2.01.05.02.08	Passivos Regulatórios	25.882	25.205
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	18.295	10.892
2.02	Passivo Não Circulante	1.901.800	1.913.613
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	817.489	844.324
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	358.397	389.640
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	358.397	389.640
2.02.01.02	Debêntures	459.092	454.684
2.02.02	Outras Obrigações	542.235	543.233
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	99	99
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	99	99
2.02.02.02	Outros	542.136	543.134
2.02.02.02.03	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	532.106	529.230
2.02.02.02.04	Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e de Eficiência Energética	0	2.266
2.02.02.02.05	Parcelamento Especial	6.032	7.721
2.02.02.02.07	Passivos Regulatórios	3.985	3.892
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	13	25
2.02.03	Tributos Diferidos	29.406	28.686
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.406	28.686
2.02.04	Provisões	512.670	497.370
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	512.670	497.370
2.03	Patrimônio Líquido	1.709.852	1.635.736
2.03.01	Capital Social Realizado	998.230	998.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.04	Reservas de Lucros	688.368	614.252

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.04.01	Reserva Legal	53.215	53.215
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	635.153	561.037

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	892.407	821.165
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-652.967	-628.814
3.03	Resultado Bruto	239.440	192.351
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-64.908	-54.954
3.04.01	Despesas com Vendas	-16.452	-16.801
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.456	-38.153
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	174.532	137.397
3.06	Resultado Financeiro	-62.306	-47.832
3.06.01	Receitas Financeiras	20.182	22.133
3.06.02	Despesas Financeiras	-82.488	-69.965
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	112.226	89.565
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.110	-30.502
3.08.01	Corrente	-62.895	-28.669
3.08.02	Diferido	24.785	-1.833
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	74.116	59.063
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	74.116	59.063
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00000	0,01000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	74.116	59.063
4.03	Resultado Abrangente do Período	74.116	59.063

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	128.728	19.591
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	196.748	173.993
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	74.116	59.063
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.269	12.784
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	47.969	44.870
6.01.01.04	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	29.167	19.236
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	37.562	37.026
6.01.01.06	Receita de Ativo Indenizável	-2.117	-6.452
6.01.01.07	Valor Residual de Intangível e Indenizável baixado	28	0
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-24.785	1.833
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	12.499	5.633
6.01.01.10	P&D e eficiência energética	8.040	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-68.020	-154.402
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-79.974	-79.655
6.01.02.02	Estoques	160	-3.585
6.01.02.03	Partes Relacionadas	-172	5.310
6.01.02.04	Tributos a Compensar	14.699	7.664
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-5.091	-3.181
6.01.02.06	Cauções e Depósitos	-4.598	-4.724
6.01.02.07	Depositos Vinculados a Litígios	-3.548	-4.248
6.01.02.08	Outros Créditos	-23.260	-15.327
6.01.02.09	Fornecedores	-4.669	-9.859
6.01.02.10	Folha de Pagamento	-826	-8.981
6.01.02.11	Tributos a Pagar	29.265	-2.566
6.01.02.12	Taxas Regulamentares	389	-469
6.01.02.13	Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e de Eficiência Energética	-2.113	-30.876
6.01.02.14	Pagamento de Benefícios Pós Emprego	-9.623	-6.931
6.01.02.15	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-13.867	-19.186
6.01.02.16	Outros Passivos	35.208	22.212
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-96.287	-29.960
6.02.01	Outros Ativos Financeiros	-9.128	24.958
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-87.159	-54.918
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-66.249	620
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos.	2.932	88.684
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos.	-42.513	-54.359
6.03.05	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-13.607	-12.650
6.03.06	Pagamento de Juros de Debêntures	-11.333	-21.055
6.03.07	Dividendos Pagos	-9	0
6.03.08	Parcelamento Especial	-1.719	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-33.808	-9.749
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59.488	37.568
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.680	27.819

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	614.252	0	0	1.635.736
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	614.252	0	0	1.635.736
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.116	0	74.116
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.116	0	74.116
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	74.116	-74.116	0	0
5.06.04	Reserva de reforço de capital de giro	0	0	74.116	-74.116	0	0
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	688.368	0	0	1.709.852

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	561.985	0	0	1.583.469
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	561.985	0	0	1.583.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	22.969	-22.969	0	0
5.04.10	Dividendos Adicionais	0	0	22.969	-22.969	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.063	0	59.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59.063	0	59.063
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	584.954	36.094	0	1.642.532

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	1.348.299	1.271.009
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.268.887	1.177.645
7.01.02	Outras Receitas	4.799	2.348
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	88.882	102.858
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.269	-11.842
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-601.112	-568.178
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-366.735	-336.988
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-65.755	-58.077
7.02.04	Outros	-168.622	-173.113
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-55.089	-29.369
7.02.04.02	Custo de construção	-88.882	-102.858
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-24.651	-40.886
7.03	Valor Adicionado Bruto	747.187	702.831
7.04	Retenções	-47.969	-44.870
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.969	-44.870
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	699.218	657.961
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.182	40.504
7.06.02	Receitas Financeiras	20.182	40.504
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	719.400	698.465
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	719.400	698.465
7.08.01	Pessoal	39.302	31.651
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.251	22.678
7.08.01.02	Benefícios	10.502	7.745
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.918	640
7.08.01.04	Outros	2.631	588
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	2.631	588
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	520.610	516.783
7.08.02.01	Federais	215.192	214.945
7.08.02.02	Estaduais	303.249	299.843
7.08.02.03	Municipais	2.169	1.995
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	85.372	90.968
7.08.03.01	Juros	37.694	38.798
7.08.03.02	Aluguéis	2.884	2.633
7.08.03.03	Outras	44.794	49.537
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	74.116	59.063
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	74.116	59.063

Comentário do Desempenho

AMPLA ENERGIA REGISTRA EBITDA DE R\$ 223 MILHÕES NO 1T12

EBITDA evolui 22,4% em relação ao 1T11 e Margem EBITDA atinge 24,93%*. Lucro Líquido avança 25,5% para R\$ 74 milhões.

DESTAQUES

A Ampla Energia encerrou o 1T12, com um total de **2.652.116 consumidores**, o que representa um crescimento de **2,5%** em relação ao mesmo período do ano anterior.

O **volume de energia vendida e transportada** pela Ampla Energia atingiu o montante de **2.737 GWh*** no 1T12, um incremento de **0,5%** em relação ao volume registrado no 1T11, de **2.724 GWh***.

A **Receita Operacional Bruta** registrada no 1T12 foi de **R\$ 1.358 milhões**, um aumento de **6,9%** em relação ao 1T11, que alcançou no citado trimestre o montante de **R\$ 1.271 milhões**.

O **EBITDA**, no 1T11, alcançou o montante de **R\$ 223 milhões***, um acréscimo de **22,4%** em relação ao 1T11, de **R\$ 182 milhões**. Com esse resultado, a Margem EBITDA da Companhia encerrou o 4T11 em **24,93%***, percentual superior em **2,80 p.p.** comparado ao 1T11.

No 1T12, o **Lucro Líquido** totalizou **R\$ 74 milhões**, **25,5%** superior ao 1T11, refletindo uma Margem Líquida de **8,31%***.

Os indicadores de qualidade do fornecimento **DEC** e **FEC** encerraram o 1T12 em **18,43 horas*** e **9,21 vezes***, representando melhorias de **9,6%** e **14,5%**, respectivamente, em relação ao 1T11.

Os indicadores de produtividade **MWh/colaborador** e **MWh/consumidor** atingiram, no 1T12, os valores de **2.321*** e **1,03***, representando um incremento de **2,8%** e uma redução de **1,9%**, respectivamente, em relação ao 1T11.

O **índice de perdas** (TAM – Acumulado em 12 meses) da Companhia atingiu, no 1T12, o patamar de **19,42%**, uma redução de **0,85 p.p.** em relação ao mesmo período do ano anterior, de **20,27%**. Este valor representa a melhor *performance* da Ampla Energia neste indicador nos últimos anos, o que comprova a eficácia da sua estratégia no combate às perdas dentro de sua área de concessão.

Em Assembleia Geral Ordinária – AGO, realizada em 27 de abril de 2012, foi deliberada a distribuição de R\$ 23.434.009,79 em dividendos, o que representa um **payout ratio de 25%** sobre o lucro líquido passível de distribuição (excluindo-se outros resultados abrangentes) e um **dividendo de R\$ 0,00597422 por lote de mil ações**, cujo pagamento será efetuado até 30 de dezembro de 2012.

Em **04 de outubro de 2011**, a Endesa Latinoamérica S.A. ("Endesa Latam") concluiu com a EDP – Energias de Portugal S.A. ("EDP") o processo de compra e venda de ações, por meio do qual a Endesa Latam adquiriu as **302.176.533.045 ações ordinárias** de propriedade da EDP e representativas de **7,70%** do capital social da Companhia e, conseqüentemente, deu início a Oferta Pública de Aquisição – OPA, cuja conclusão se deu em 16 de abril de 2012, com a realização do leilão na BM&FBovespa, adquirindo um lote adicional de **10.354.610 ações ordinárias**.

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.737	2.724	0,5%	2.444	12,0%
Receita Bruta (R\$ mil)	1.357.860	1.270.660	6,9%	1.268.876	7,0%
Receita Líquida (R\$ mil)	892.407	821.165	8,7%	893.160	-0,1%
EBITDA(2) (R\$ mil)*	222.501	181.761	22,4%	208.053	6,9%
Margem EBITDA (%)*	24,93%	22,13%	2,80 p.p	23,29%	1,64 p.p
EBIT(3) (R\$ mil)*	174.532	137.397	27,0%	160.814	8,5%
Margem EBIT (%)*	19,56%	16,73%	2,83 p.p	18,01%	1,55 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	74.116	59.063	25,5%	27.793	166,7%
Margem Líquida (%)	8,31%	7,19%	1,12 p.p	3,11%	5,20 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	92.779	103.844	-10,7%	155.205	-40,2%
DEC (12 meses)*	18,43	20,39	-9,6%	19,24	-4,2%
FEC (12 meses)*	9,21	10,77	-14,5%	9,83	-6,3%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,63%	99,31%	-0,68 p.p	98,79%	-0,16 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	19,42%	20,27%	-0,85 p.p	19,66%	-0,24 p.p
Nº de Consumidores Totais* **	2.652.116	2.587.225	2,5%	2.643.510	0,3%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.179	1.206	-2,2%	1.187	-0,7%
MWh/Colaborador*	2.321	2.258	2,8%	2.059	12,7%
MWh/Consumidor*	1,03	1,05	-1,9%	0,92	12,0%
PMSO (4)/Consumidor	52,90	51,54	2,6%	39,36	34,4%
Consumidor/Colaborador*	2,249	2,145	4,8%	2,227	1,0%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Ampla fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.188 km², o que correspondente a aproximadamente 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 2,7 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população estimada de 6,8 milhões de habitantes.

DADOS DA ÁREA DE CONCESSÃO*

	1T12	1T11	Var. %
Área de Concessão (km ²)	32.188	32.188	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	6.890.197	6.721.611	2,5%
Consumidores (Unid.)	2.652.116	2.587.225	2,5%
Linhas de Distribuição (Km)	50.332	49.690	1,3%
Linhas de Transmissão (Km)	3.546	3.546	-
Subestações (Unid.)	116	116	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	9.977	9.908	0,7%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,80%	3,84%	-0,04 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,32%	2,40%	-0,08 p.p

(1) Fonte: Para ambos os anos, utilizamos o resultado do Censo IBGE 2010

(2) O número de consumidores Brasil está estimado



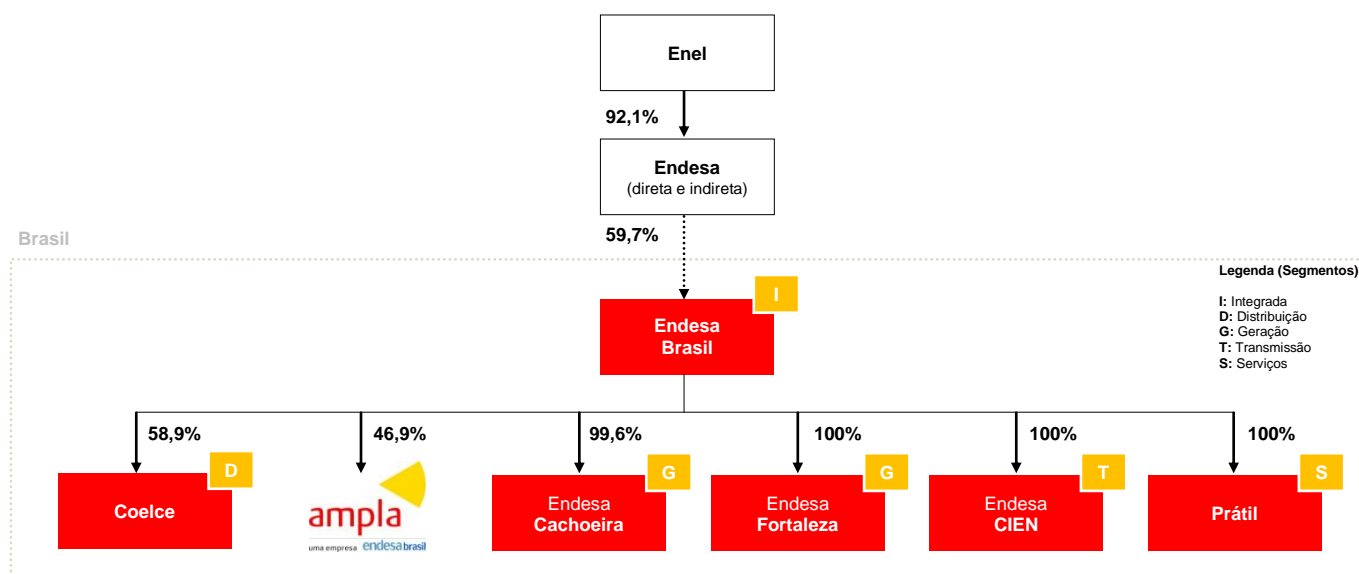
Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

Sociedade anônima de capital aberto, a Companhia é controlada pelo grupo Enel / Endesa, por meio da Endesa Brasil S/A, Chilectra Inversud S/A, Enersis S/A, Chilectra S/A e Endesa Latinoamerica S/A que detém, respectivamente, 46,9%, 21,0%, 13,7%, 10,3% e 7,7% do capital total da Ampla Energia.

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/12)

	ON (1) (lote de mil)	%	TOTAL	%
Controladores	3.908.266.724	99,6%	3.908.266.724	99,6%
Endesa Brasil	1.839.121.933	46,9%	1.839.121.933	46,9%
Chilectra Inversud S/A	824.607.526	21,0%	824.607.526	21,0%
Enersis S/A	536.591.908	13,7%	536.591.908	13,7%
Chilectra S/A	405.768.824	10,3%	405.768.824	10,3%
Endesa Latinoamerica	302.176.533	7,7%	302.176.533	7,7%
Não Controladores	14.249.194	0,4%	14.249.194	0,4%
Outros	14.249.194	0,4%	14.249.194	0,4%
Totais	3.922.515.918	100,0%	3.922.515.918	100,0%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80% | Não reflete o leilão da OPA, ocorrido em 16 de abril de 2012.



*Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Crescimento de Mercado

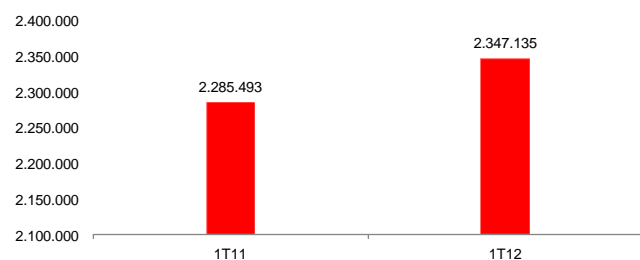
NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)*

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Mercado Cativo	2.347.086	2.285.447	2,7%	2.334.495	0,5%
Residencial - Convencional	1.862.921	1.401.871	32,9%	1.907.888	-2,4%
Residencial - Baixa Renda	256.837	658.859	-61,0%	200.063	28,4%
Industrial	4.726	4.767	-0,9%	4.731	-0,1%
Comercial	144.656	143.670	0,7%	144.607	0,0%
Rural	62.079	61.213	1,4%	61.686	0,6%
Setor Público	15.867	15.067	5,3%	15.520	2,2%
Cientes Livres	35	33	6,1%	34	2,9%
Industrial	28	27	3,7%	27	3,7%
Comercial	7	6	16,7%	7	-
Revenda	14	13	7,7%	14	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	2.347.135	2.285.493	2,7%	2.334.543	0,5%
Consumo Próprio	368	372	-1,1%	368	-
Consumidores Ativos sem Fornecimento	304.613	301.360	1,1%	308.599	-1,3%
Total - Número de Consumidores	2.652.116	2.587.225	2,5%	2.643.510	0,3%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

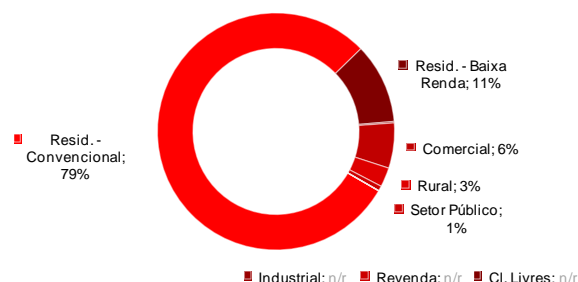
Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Evolução 1T11 - 1T12



Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Posição Final em mar/12



A Ampla Energia encerrou o 1T12 com 2.652.116 unidades consumidoras* ("consumidores"), 2,5% superior ao número de consumidores registrado ao final do 1T11. Esse crescimento representa um acréscimo de 64.891 novos consumidores* à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 59.028 novos consumidores*.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 162 milhões* nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o 1T12 com 2.347.135 consumidores*, um incremento de 2,7% em relação ao 1T11. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou o 1T12 com 35 clientes livres*, um acréscimo de 2 novos clientes*, que representa um incremento de 6,1% em relação ao número registrado no fechamento do 1T11, de 33 clientes livres.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Mercado Cativo	2.375	2.376	-0,0%	2.099	13,1%
Cientes Livres	362	348	4,0%	345	4,9%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.737	2.724	0,5%	2.444	12,0%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

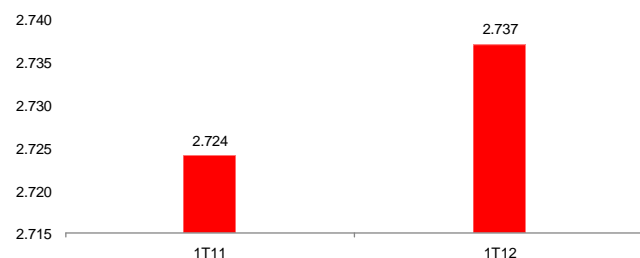
O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no 1T12 foi de 2.737 GWh*, o que representa um incremento de 0,5% (+13 GWh) em relação ao 1T11, cujo volume foi de 2.724 GWh*. Esta variação é o efeito líquido de (i) uma relativa estabilidade no mercado cativo da Companhia (-1 GWh) no 1T12 em relação ao 1T11 (2.375 GWh* versus 2.376 GWh*), compensada por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, no 1T12, de 362 GWh*, foi 4,0% superior ao registrado no 1T11 (+14 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

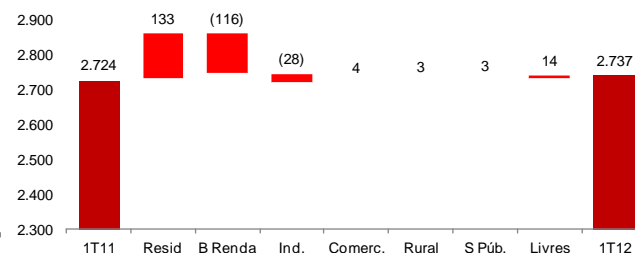
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Evolução 1T11 - 1T12



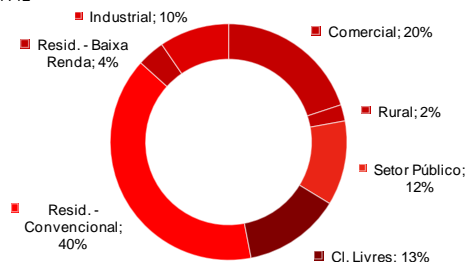
Evolução Anual do Consumo de Energia por Classe (GWh)*

Evolução 1T11 - 1T12



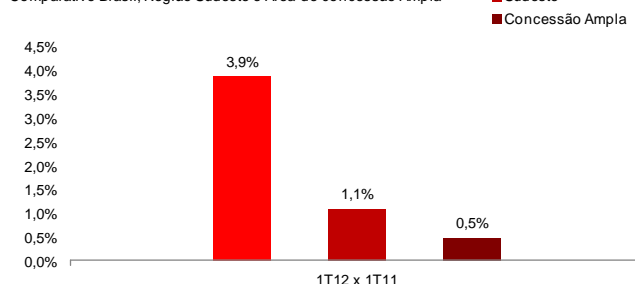
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Volume Total no 1T12



Evolução do Volume de Energia - Comparativos (%)*

Comparativo Brasil, Região Sudeste e Área de concessão Ampla



Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Residencial - Convencional	1.088	955	13,9%	852	27,7%
Residencial - Baixa Renda	103	219	-53,0%	140	-26,4%
Industrial	262	290	-9,7%	286	-8,4%
Comercial	544	540	0,7%	469	16,0%
Rural	61	58	5,2%	55	10,9%
Setor Público	317	314	1,0%	297	6,7%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.375	2.376	-0,0%	2.099	13,1%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

O mercado cativo da Companhia apresentou relativa estabilidade no 1T12 quando comparado ao 1T11. Apenas as classes residencial baixa renda e industrial apresentaram retração no consumo, em decorrência, respectivamente, da aplicação dos novos critérios para enquadramento dos clientes residenciais baixa renda e pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre. Os principais fatores que ocasionaram a citada estabilidade no consumo foram (i) crescimento vegetativo do mercado cativo, de 2,7%, que adicionou mais 61.639 novos consumidores efetivos* à base comercial da Companhia, fator este que foi compensado em sua totalidade por (ii) uma redução na venda de energia per capita no mercado cativo, de 2,7% (conforme quadro abaixo).

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Residencial - Convencional	584	681	-14,2%	447	30,6%
Residencial - Baixa Renda	401	332	20,8%	700	-42,7%
Industrial	55.438	60.835	-8,9%	60.452	-8,3%
Comercial	3.761	3.759	0,1%	3.243	16,0%
Rural	983	948	3,7%	892	10,2%
Setor público	19.979	20.840	-4,1%	19.137	4,4%
Média - Venda per capita no Mercado Cativo	1.012	1.040	-2,7%	899	12,6%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

A venda de energia per capita no mercado cativo foi de 1.012* KWh/consumidor, representando uma redução de 2,7% em relação à observada no 1T11. As principais variações foram observadas nas seguintes classes:

(i) residencial convencional e residencial baixa renda: observa-se uma expressiva variação no consumo per capita nas classes residencial convencional e residencial baixa renda. Essa variação é o reflexo das alterações nos critérios de elegibilidade para enquadramento dos consumidores na Tarifa Social de Energia Elétrica. Os novos critérios causaram uma migração de antigos clientes classificados como residencial baixa renda (menor consumo) para a classe residencial convencional, causando as variações acima mencionadas. As classes residencial convencional e residencial baixa renda apresentaram, quando analisadas em conjunto, uma redução na venda de energia per capita de 1,4% no 1T12 em relação ao 1T11.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

(ii) industrial: a redução observada de 8,9% reflete, basicamente, o impacto da migração de 2 clientes com elevado padrão de consumo (1 industrial e 1 comerciais) do mercado cativo para o mercado livre, conjugada a um menor intensidade nas atividades industriais na área de concessão da Companhia no 1T12 em relação ao 1T11.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Industrial	350	337	3,9%	334	4,8%
Comercial	12	11	9,1%	11	9,1%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	362	348	4,0%	345	4,9%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

O transporte de energia para os clientes livres na área de concessão da Companhia no 1T12 foi de 362 GWh*, o que representa um acréscimo de 4,0% em relação ao 1T11, tendo em vista, basicamente, o crescimento do número de clientes livres de 33*, no 1T11, para 35*, no 1T12, o que representa um incremento de 6,1% (crescimento este que foi compensado pela redução no transporte de energia per capita aos clientes livres, em 1,9%, conforme quadro abaixo).

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Industrial	12.500	12.481	0,2%	12.370	1,1%
Comercial	1.714	1.833	-6,5%	1.571	9,1%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	10.343	10.545	-1,9%	10.147	1,9%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

A redução no transporte de energia per capita aos clientes livres, de 1,9%* no 1T12 em relação ao 1T11 foi fruto, principalmente, de desaceleração da atividade industrial na área de concessão da Ampla Energia no 1T12, quando comparada ao 1T11. De acordo com o indicador de produção física industrial divulgado pelo IBGE, de janeiro a fevereiro de 2012, a atividade industrial no estado do Rio de Janeiro apresentou uma queda de 2,74%, enquanto que no mesmo período do ano anterior, a mesma apresentou um crescimento 3,73%.

Balanço Energético

BALANÇO DE ENERGIA

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Demanda máxima de energia (MW)	2.063	2.081	-0,9%	1.973	4,6%
Energia requerida (GWh)	3.524	3.479	1,3%	3.200	10,1%
Energia distribuída (GWh)	2.835	2.780	2,0%	2.639	7,4%
Residencial - Convencional	1.088	938	16,0%	896	21,4%
Residencial - Baixa Renda	103	219	-53,0%	140	-26,4%
Industrial	254	279	-9,0%	294	-13,6%
Comercial	540	527	2,5%	494	9,3%
Rural	61	58	5,2%	56	8,9%
Setor Público	317	310	2,3%	306	3,6%
Clientes Livres	362	348	4,0%	345	4,9%
Revenda	104	95	9,5%	103	1,0%
Consumo Próprio	6	6	-	5	20,0%
Perdas na Transmissão - Rede Básica (GWh)	174	166	4,8%	164	6,1%
Perdas na Transmissão - Rede Básica (%)	5,69%	5,47%	0,22 p.p	5,96%	-0,27 p.p
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	689	699	-1,4%	561	22,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	19,55%	20,09%	-0,54 p.p	17,53%	2,02 p.p

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

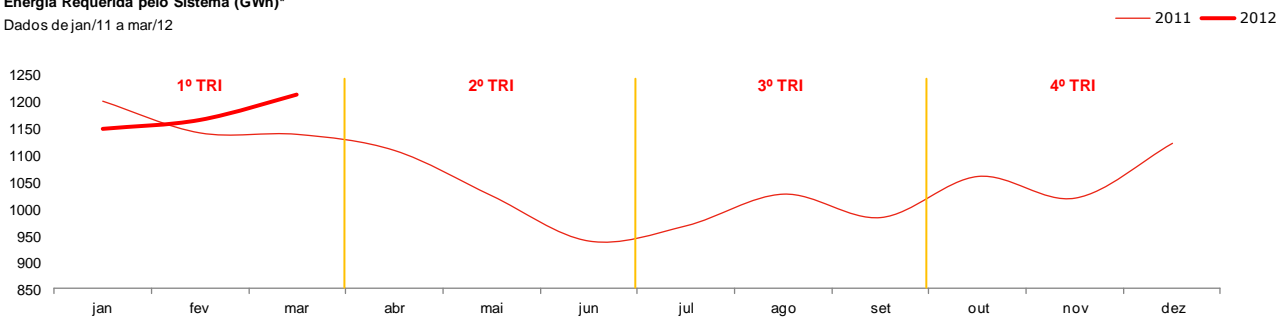
A energia total requerida pelo sistema da Ampla Energia no 1T12 foi de 3.524 GWh*, um percentual 1,3% superior ao registrado no 1T11 (3.479 GWh*). Já a energia efetivamente distribuída pelo sistema apresentou um incremento de 2,0% (2.835 GWh* versus 2.780 GWh*). A diferença entre o incremento apresentado pela energia total requerida e pela energia efetivamente distribuída é o reflexo da redução (-0,54 p.p.) nas perdas no sistema de distribuição entre os trimestres comparados, que alcançou o patamar de 19,55%*, no 1T12, contra 20,09%* no 1T11.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Sazonalidade

Energia Requerida pelo Sistema (GWh)*
Dados de jan/11 a mar/12



Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Itaipu	526	528	-0,4%	542	-3,0%
Centrais Elétricas - FURNAS	661	640	3,3%	587	12,6%
Cia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	485	490	-1,0%	449	8,0%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	274	277	-1,1%	254	7,9%
Eletronorte	191	182	4,9%	175	9,1%
COPEL	198	190	4,2%	182	8,8%
CEMIG	143	134	6,7%	128	11,7%
PROINFA	57	48	18,8%	67	-14,9%
Outros	786	654	20,2%	671	17,1%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.321	3.143	5,7%	3.055	8,7%
Liquidação na CCEE	(89)	59	-250,8%	(139)	-36,0%
Total - Compra de Energia	3.232	3.202	0,9%	2.916	10,8%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

Os contratos de compra de energia celebrados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, os contratos bilaterais e a liquidação das diferenças na CCEE totalizaram, no 1T12, o montante de 3.232 GWh*, para atender a energia demandada pelo sistema da Ampla Energia. Esse montante representa um acréscimo de 0,9% (+30 GWh) em relação ao 1T11, que foi de 3.202 GWh*.

Inputs e Outputs do Sistema

INPUTS E OUTPUTS DO SISTEMA (GWH)

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Totais - Inputs	3.232	3.202	0,9%	2.916	10,8%
Compra de Energia	3.232	3.202	0,9%	2.916	10,8%
Contratos	3.321	3.143	5,7%	3.055	8,7%
Itaipu	526	528	-0,4%	542	-3,0%
Centrais Elétricas - FURNAS	661	640	3,3%	587	12,6%
Cia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	485	490	-1,0%	449	8,0%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	274	277	-1,1%	254	7,9%
Eletronorte	191	182	4,9%	175	9,1%
COPEL	198	190	4,2%	182	8,8%
CEMIG	143	134	6,7%	128	11,7%
PROINFA	57	48	18,8%	67	-14,9%
Outros	786	654	20,2%	671	17,1%
Liquidação CCEE	(89)	59	-250,8%	(139)	-36,0%
Totais - Outputs	3.232	3.202	0,9%	2.916	10,8%
Perdas na Transmissão - Rede Básica	174	166	4,8%	164	6,1%
Energia Distribuída - Mercado Cativo	3.058	3.036	0,7%	2.752	11,1%
Residencial - Convencional	1.088	938	16,0%	896	21,4%
Residencial - Baixa Renda	103	219	-53,0%	140	-26,4%
Industrial	254	279	-9,0%	294	-13,6%
Comercial	540	527	2,5%	494	9,3%
Rural	61	58	5,2%	56	8,9%
Setor Público	317	310	2,3%	306	3,6%
Consumo Próprio	6	6	-	5	20,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla	689	699	-1,4%	561	22,8%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

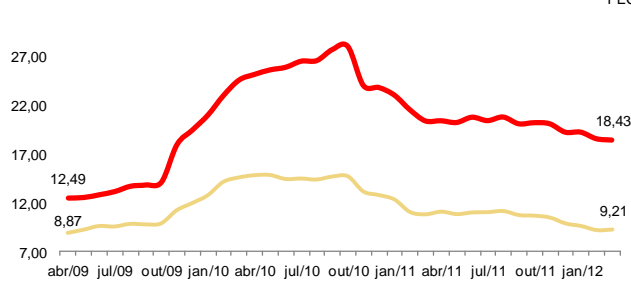
*Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

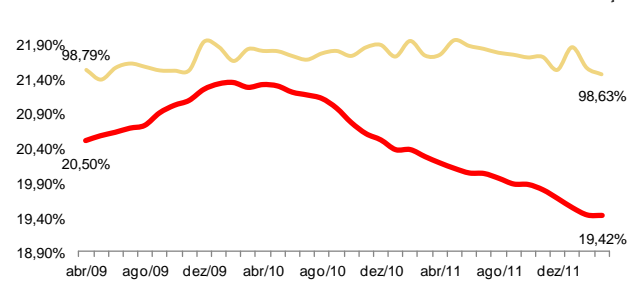
Indicadores Operacionais

Qualidade do Fornecimento

Evolução do DEC (Horas) e FEC (Vezes) TAM*
Dados de abr/09 a mar/12



Evolução das Perdas Totais (%) e Arrecadação (%) TAM*
Dados de abr/09 a mar/12



Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Eles refletem:

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).

FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Ampla Energia encerrou o 1T12 com DEC de 18,43 horas*, índice 9,6% inferior ao registrado no 1T11, de 20,39 horas*. O FEC alcançou o patamar de 9,21 vezes*, o que representa uma redução de 14,5% em relação ao 1T11, que fechou em 10,77 vezes*. A Ampla Energia investiu R\$ 88 milhões* em qualidade do sistema nos últimos 12 meses.

Disciplina de Mercado

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 19,42%* no 1T12, uma redução de 0,85 p.p. em relação às perdas registradas no 1T11, de 20,27%*. Esse resultado é reflexo principalmente do restabelecimento do faturamento de novos clientes pela medição eletrônica que ocorreu em julho de 2009, e que estavam suspensos pela Aneel desde outubro de 2007 (exigência de certificação pelo INMETRO). Nos últimos 12 meses, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 162 milhões*. O percentual alcançado no 1T12 para os níveis de perdas representa a melhor *performance* da Companhia neste indicador nos últimos anos, o que comprova a eficácia da sua estratégia no combate às perdas dentro de sua área de concessão.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou o 1T12 em 98,63%*, percentual inferior (-0,68 p.p.) em relação ao encerramento do 1T11, de 99,31%*.

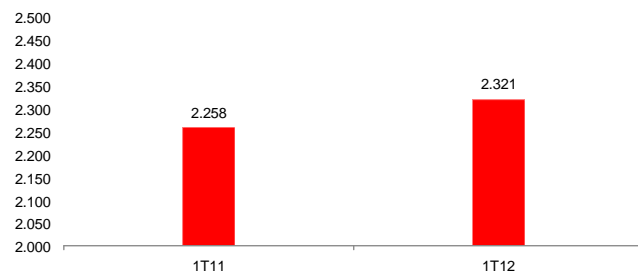
Produtividade

Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e em termos de geração de valor pela base comercial (consumidores).

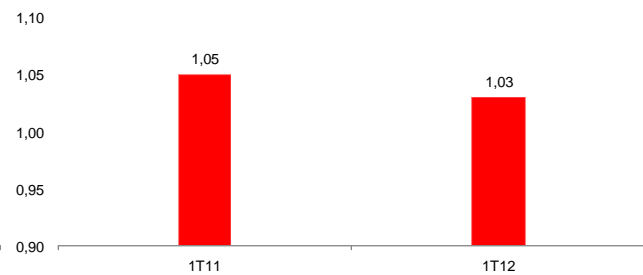
A Ampla Energia encerrou o 1T12 com o indicador de MWh/colaborador de 2.321*, índice 2,8% superior que o valor do 1T11, de 2.258*. O indicador de MWh/cliente alcançou o patamar de 1,03*, o que representa uma redução de 1,9% em relação ao 1T11, que encerrou em 1,05*.

O indicador PMSO/consumidor, que busca avaliar a eficiência de custos pela base comercial da Companhia, alcançou o valor de R\$52,90/consumidor no 1T12, o que representa um incremento de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, que fechou em R\$51,54/consumidor.

Indicador de Produtividade - MWh/Colaborador*
Evolução 1T11 - 1T12



Indicador de Produtividade - MWh/Consumidor*
Evolução 1T11 - 1T12



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

Overview

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Receita Operacional Bruta	1.357.860	1.270.660	6,9%	1.268.876	7,0%
Deduções à Receita Operacional	(465.453)	(449.495)	3,6%	(375.716)	23,9%
Receita Operacional Líquida	892.407	821.165	8,7%	893.160	-0,1%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(717.875)	(683.768)	5,0%	(732.346)	-2,0%
EBITDA(2)*	222.501	181.761	22,4%	208.053	6,9%
Margem EBITDA*	24,93%	22,13%	2,80 p.p	23,29%	1,64 p.p
EBIT(3)*	174.532	137.397	27,0%	160.814	8,5%
Margem EBIT*	19,56%	16,73%	2,83 p.p	18,01%	1,55 p.p
Resultado Financeiro	(62.306)	(47.832)	30,3%	(78.656)	-20,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(38.110)	(30.502)	24,9%	(54.365)	-29,9%
Lucro Líquido	74.116	59.063	25,5%	27.793	166,7%
Margem Líquida	8,31%	7,19%	1,12 p.p	3,11%	5,20 p.p
Lucro por Lote de Mil Ações (R\$/ação)	18,90	15,06	25,5%	7,09	166,6%

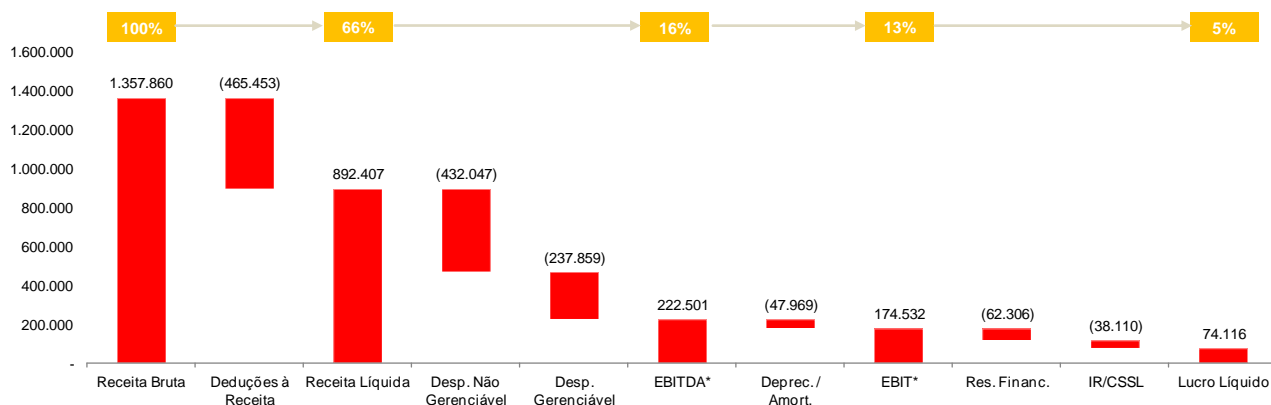
(1) Variação entre 1T12 e 4T11

(2) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

(3) EBIT: Resultado do Serviço

Principais Contas do Resultado (R\$ Mil)

Overview 1T12



Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Fornecimento de Energia	1.171.521	1.053.812	11,2%	1.023.554	14,5%
Baixa Renda	6.345	21.581	-70,6%	15.525	-59,1%
Fornecimento de Energia Total	1.177.866	1.075.393	9,5%	1.039.079	13,4%
Suprimento de Energia Elétrica	12.987	9.117	42,4%	15.141	-14,2%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	61.758	69.042	-10,6%	55.406	11,5%
Receita - IFRIC 12	88.882	102.858	-13,6%	135.368	-34,3%
Outras Receitas	16.367	14.250	14,9%	23.882	-31,5%
Total - Receita Operacional Bruta	1.357.860	1.270.660	6,9%	1.268.876	7,0%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

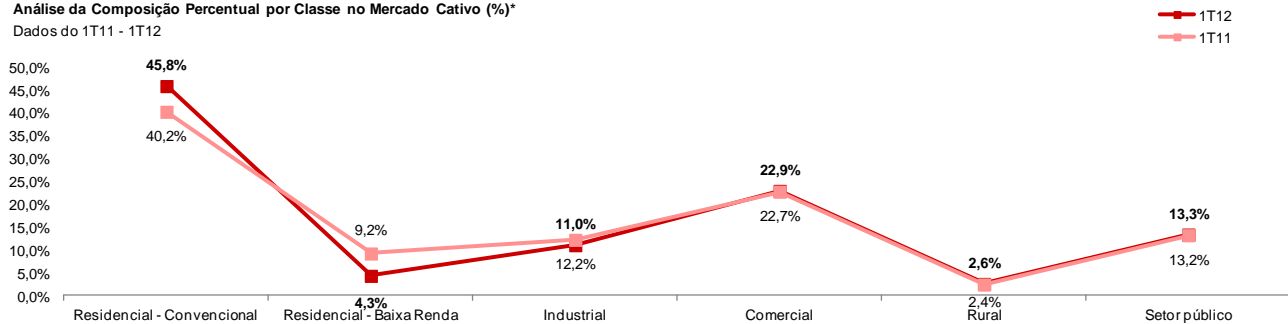
A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, no 1T12, R\$ 1.358 milhões, um incremento de 6,9% em relação ao 1T11, de R\$ 1.271 milhões (+R\$ 87 milhões). Esse incremento é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

- Aumento de 11,2 % (R\$ 1.172 milhões versus R\$ 1.054 milhões) na receita pelo fornecimento de energia elétrica (+R\$ 118 milhões); O incremento se deve ao efeito combinado do (i) reajuste tarifário anual, com um incremento médio na tarifa percebido pelo consumidor cativo de 10,91% que vigorou a partir de 15 de março de 2011, em conjunto com (ii) melhoria na tarifa média do 1T12 em relação ao 1T11, tendo em vista a mudança no perfil de consumo (melhor mix de consumo, conforme gráfico abaixo):

Comentário do Desempenho

Análise da Composição Percentual por Classe no Mercado Cativo (%)*

Dados do 1T11 - 1T12



- Redução de 70,6% (R\$ 6 milhões versus R\$ 22 milhões) na receita referente ao subsídio baixa renda (-R\$ 15 milhões): Esta redução reflete as alterações nos critérios de elegibilidade para enquadramento dos consumidores na Tarifa Social de Energia Elétrica. Observa-se uma migração de aproximadamente 402 mil consumidores da classe residencial baixa renda para a classe residencial convencional quando comparamos o 1T11 com o mesmo período do ano anterior, consumidores estes que deixaram de usufruir do benefício da Tarifa Social e com consequente redução do subsídio recebido pela Companhia.
- Incremento de 42,4% (R\$ 13 milhões versus R\$ 9 milhões) no suprimento de energia elétrica (+R\$ 4 milhões): Este aumento é decorrente do (i) reajuste das tarifas de fornecimento e (ii) acréscimo de 10% da quantidade de energia contratada entre os períodos.
- Redução de 10,6% (R\$ 62 milhões versus R\$ 69 milhões) na receita pela disponibilidade da rede elétrica (-R\$ 7 milhões): Variação decorrente, basicamente, de ajuste extraordinário lançado no 1T11 para correção do faturamento de uso da rede pelos clientes livres.
- Redução de 13,6% (R\$ 89 milhões versus R\$ 103 milhões) na receita operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (-R\$ 14 milhões): A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta no 1T11 foi de R\$ 89 milhões (cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gerando efeito algum no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), uma redução de R\$ 14 milhões quando comparado com o 1T11 (R\$ 103 milhões).

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, no 1T12, alcançou o montante de R\$ 1.269 milhões, o que representa um incremento de 8,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1.168 milhões (+R\$ 101 milhões).

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
ICMS	(303.247)	(299.787)	1,2%	(263.810)	14,9%
PIS	(13.452)	(12.952)	3,9%	(3.608)	272,8%
COFINS	(61.961)	(58.848)	5,3%	(16.618)	272,9%
ISS	(1.120)	(980)	14,3%	(410)	173,2%
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	(15.053)	(14.028)	7,3%	(25.592)	-41,2%
Subvenções CCC e CDE	(60.132)	(54.108)	11,1%	(60.020)	0,2%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(8.040)	(6.580)	22,2%	(3.719)	116,2%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	(2.448)	(2.212)	10,7%	(1.939)	26,3%
Total - Deduções da Receita	(465.453)	(449.495)	3,6%	(375.716)	23,9%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

As deduções da receita apresentaram incremento de 3,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, alcançando -R\$ 465 milhões no 1T12, contra -R\$ 450 milhões no 1T11 (-R\$ 15 milhões). Esse incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- Aumento de 1,9% (-R\$ 380 milhões versus -R\$ 373 milhões) nas rubricas de tributos ICMS/PIS/COFINS/ISS (-R\$ 7 milhões): Este incremento reflete o crescimento da base de cálculo para apuração destes tributos. O percentual sobre a base de cálculo continua em linha com o 1T11.
- Acréscimo de 11,1% (-R\$ 60 milhões versus -R\$ 54 milhões) nas subvenções CCC e CDE (-R\$ 6 milhões): Os custos com a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC foram incrementados em 4,3%, a partir de março de 2011. Os valores são estabelecidos pelo órgão regulador. Este encargo destina-se a financiar o óleo diesel da geração termelétrica das áreas isoladas, não atendidas pelo serviço de eletrificação, concentrada na região norte do país. Da mesma forma, os custos da Conta de Desenvolvimento Energético foram reajuste de CDE sofrerão reajuste determinado pelo regulador a partir de março de 2011 na ordem de 5%.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(366.735)	(336.988)	8,8%	(372.764)	-1,6%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(1.842)	(1.791)	2,8%	(2.240)	-17,8%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(63.470)	(66.553)	-4,6%	(66.543)	-4,6%
Total - Não gerenciáveis	(432.047)	(405.332)	6,6%	(441.547)	-2,2%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(40.354)	(32.236)	25,2%	(42.683)	-5,5%
Material e Serviços de Terceiros	(65.755)	(63.540)	3,5%	(80.398)	-18,2%
Custo na Desativação de Bens	(8.686)	2.133	-	(4.133)	110,2%
Depreciação e Amortização	(47.969)	(44.364)	8,1%	(47.239)	1,5%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.269)	(12.784)	11,6%	730	-
Provisão para Contingências	(12.667)	(15.696)	-19,3%	30.730	-141,2%
Custo de Construção (IFRIC 12)	(88.882)	(102.858)	-13,6%	(135.368)	-34,3%
Outras Despesas Operacionais	(7.246)	(9.091)	-20,3%	(12.438)	-41,7%
Total - Gerenciáveis	(285.828)	(278.436)	2,7%	(290.799)	-1,7%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(717.875)	(683.768)	5,0%	(732.346)	-2,0%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

Os custos e despesas operacionais no 1T12 alcançaram -R\$ 718 milhões, um incremento 5,0% em relação ao 1T11, de -R\$ 684 milhões (-R\$ 34 milhões). Este acréscimo é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 6,6% (-R\$ 432 milhões versus -R\$ 405 milhões) nos custos e despesas não gerenciáveis (-R\$ 27 milhões), por:

- Incremento de 8,8% (-R\$ 367 milhões versus -R\$ 337 milhões) na energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 30 milhões); Este aumento reflete (i) o reajuste dos contratos de energia ocorrido em março de 2011 e (ii) o incremento de 5,7% no volume de energia contratada que passou de 3.143 GWh no 1T11 para 3.321 no mesmo período de 2012.

Incremento de 2,7% (-R\$ 286 milhões versus -R\$ 278 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (-R\$ 8 milhões). As principais variações são:

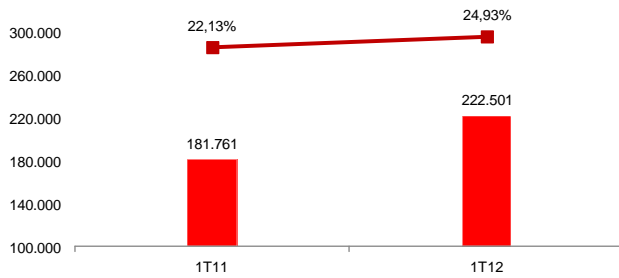
- Incremento de 25,2% (-R\$ 40 milhões versus -R\$32 milhões) nas despesas de pessoal (-R\$ 8 milhões); Esta variação é decorrente do (i) reajuste salarial de 7,5% concedido pelo acordo coletivo em outubro de 2011, (ii) ajustes salariais para adequação aos valores praticados pelo mercado com impacto de R\$ 2 milhões e (iii) aumento de R\$ 2,5 milhões das despesas de bônus por metas atingidas.
- Incremento (-R\$ 9 milhões versus +R\$ 2 milhões) nos custos de desativação de bens (-R\$ 11 milhões); Em 2012, a Companhia mudou sua metodologia de registro de materiais salvado inservíveis, passando a classificá-los mensalmente diretamente como sucata. Esta alteração causou este efeito no resultado do 1T12 quando comparado ao 1T11.
- Incremento de 11,6% (-R\$ 14 milhões versus -R\$ 13 milhões) nas provisões para créditos de liquidação duvidosa (-R\$ 1 milhão); A variação verificada deve-se a necessidade de ajuste do saldo de provisão para cobrir possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa.
- Redução de 13,6% (-R\$ 89 milhões versus -R\$ 103 milhões) na despesa operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (+ R\$ 14 milhões); A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na despesa operacional no 1T12 foi de -R\$ 89 milhões, (cuja contrapartida se encontra na receita operacional bruta, no mesmo valor, não gerando efeito algum no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), uma redução de R\$ 14 milhões quando comparado com o 1T11 (-R\$ 103 milhões).

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, no 1T12, alcançaram o montante de -R\$ 197 milhões, o que representa um incremento de 12,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 176 milhões (-R\$ 34 milhões).

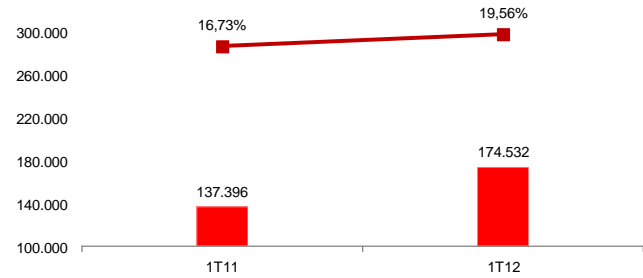
Comentário do Desempenho

EBITDA

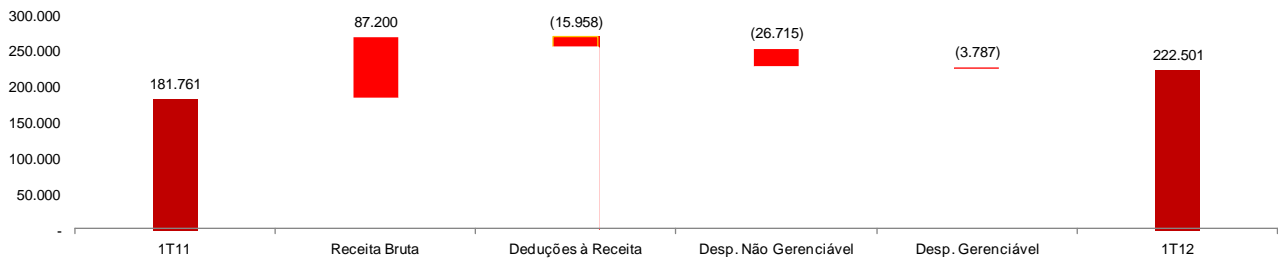
EBITDA (R\$ Mil) e Margem EBITDA (%)*
Evolução 1T11 - 1T12



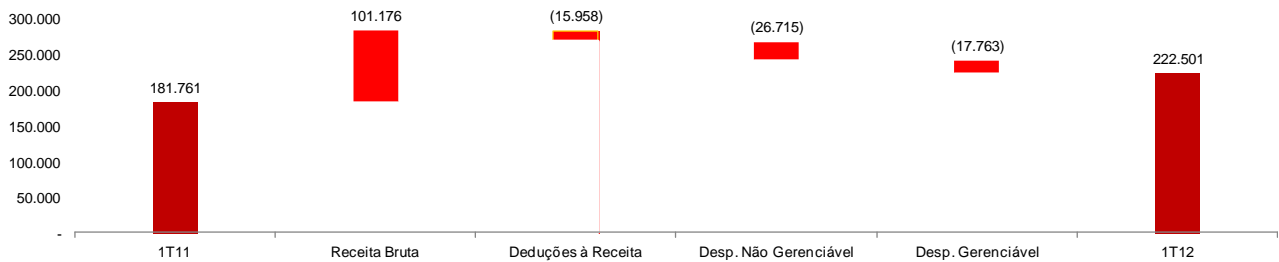
EBIT (R\$ Mil) e Margem EBIT (%)*
Evolução 1T11 - 1T12



Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)*
Evolução 1T11 - 1T12



Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)* s/ variações de Receita e Custo de Construção (IFRIC 12)
Evolução 1T11 - 1T12



Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia no 1T12, atingiu o montante de R\$ 223 milhões*, o que representa um acréscimo de 22,4% em relação ao 1T11, cujo montante foi de R\$ 182 milhões* (+R\$ 41 milhões). A margem EBITDA da Companhia no 1T12 foi de 24,93%*, o que representa um incremento de 2,80 p.p. em relação ao 1T11, de 22,13%*.

O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do IR e CSLL, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização, resultados não operacionais e participações. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou, como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o IR e CSLL, a depreciação e amortização, os resultados não operacionais e as participações, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicação Financeira	1.629	1.839	-11,4%	3.447	-52,7%
Multas e Acréscimos Moratórios	15.227	12.237	24,4%	10.723	42,0%
Receita Ativo Indenizável	2.117	6.452	-67,2%	3.202	-33,9%
Outras Receitas Financeiras	1.209	1.605	-24,7%	(7.886)	(1)
Total - Receitas Financeiras	20.182	22.133	-8,8%	9.486	112,8%
Despesas financeiras					
Encargos de Dívidas	(33.260)	(34.309)	-3,1%	(35.581)	-6,5%
Atualização Financeira de provisão para contingências	(16.500)	(3.540)	-	(9.269)	78,0%
Encargo de Fundo de Pensão	(12.517)	(5.633)	122,2%	(8.482)	47,6%
Multas e Acréscimos Moratórios	(1.273)	(1.619)	-21,4%	(3.434)	-62,9%
Variações Monetárias	(4.437)	(2.870)	54,6%	(5.268)	-15,8%
Indenizações DIC / FIC	(8.470)	(11.541)	-26,6%	(5.045)	67,9%
IOF	(1.148)	(1.414)	-18,8%	(1.079)	6,4%
Outras Despesas Financeiras	(4.883)	(9.039)	-46,0%	(19.984)	-75,6%
Total - Despesas Financeiras	(82.488)	(69.965)	17,9%	(88.142)	-6,4%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(62.306)	(47.832)	30,3%	(78.656)	-20,8%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

O resultado financeiro da Ampla Energia, no 1T12, ficou em -R\$ 62 milhões, um aumento 30,3% (-R\$ 14 milhões) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de -R\$ 48 milhões. Este aumento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 24,4% (R\$ 15 milhões versus R\$ 12 milhões) nas multas e acréscimos moratórios (+R\$ 3 milhões);
- Redução de 67,2% (R\$ 2 milhões versus R\$ 6 milhões) na receita de atualização do ativo indenizável (-R\$ 4 milhões);
- Incremento (-R\$ 17 milhões versus -R\$ 4 milhões) na atualização de contingências (-R\$ 13 milhões): Este crescimento deve-se basicamente a atualização da contingência junto à Enertrade em janeiro de 2012 no montante de R\$ 9 milhões.
- Incremento de 122,2% (-R\$ 13 milhões versus -R\$ 6 milhões) nos encargos do fundo de pensão (-R\$ 7 milhões);
- Redução de 46,0% (-R\$ 5 milhões versus -R\$ 9 milhões) nas outras despesas financeiras (+R\$ 4 milhões): Redução dos valores provisionados associados ao ressarcimento (indenização por violação dos indicadores DIC e FIC) de clientes e referente à quebra do nível de serviço em R\$ 3 milhões.

IR/CSLL

IR/CSLL (R\$ mil)

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
IR e CSLL	(38.110)	(30.502)	24,9%	(54.365)	-29,9%
Total - IR/CSLL	(38.110)	(30.502)	24,9%	(54.365)	-29,9%

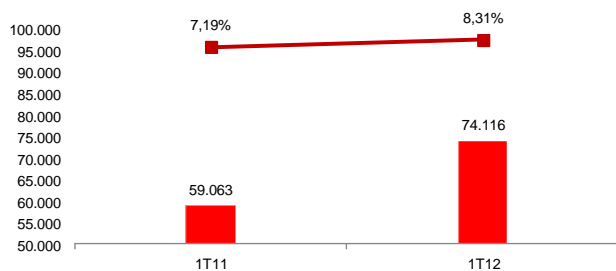
(1) Variação entre 1T12 e 4T11

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 1T12 registraram -R\$ 38 milhões, um incremento de 24,9% (-R\$ 7 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, de -R\$ 31 milhões, tendo em vista o aumento da base de cálculo para aferição destes impostos.

Lucro Líquido

Lucro Líquido (R\$ Mil) e Margem Líquida (%)

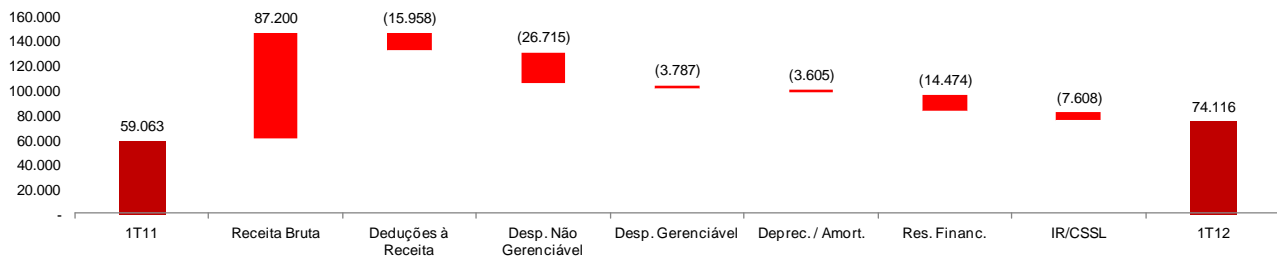
Evolução 1T11 - 1T12



Comentário do Desempenho

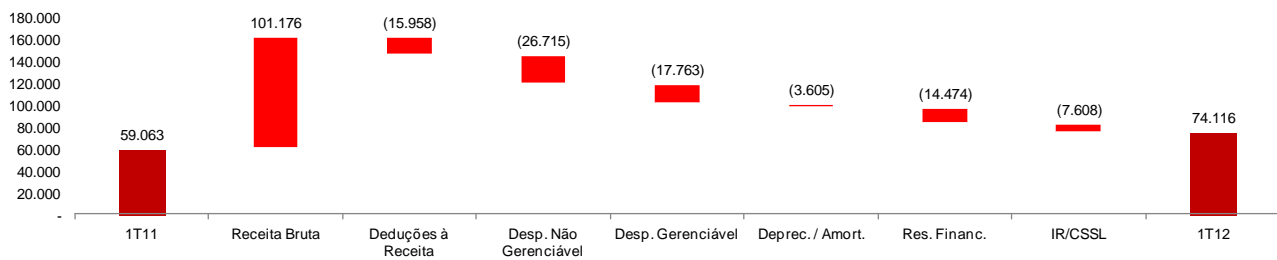
Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil)

Evolução 1T11 - 1T12



Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil) s/ variações de Receita e Custo de Construção (IFRIC 12)

Evolução 1T11 - 1T12



Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou no 1T12 um lucro líquido de R\$ 74 milhões, valor 25,5% superior ao registrado no 1T11, que foi de R\$ 59 milhões (+R\$ 15 milhões). Desta forma, a Margem Líquida no 1T12 alcançou 8,31%, um incremento de 1,12 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, de 7,19%.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO*

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Dívida bruta (R\$ mil)	1.384.821	1.287.440	7,6%	1.411.573	-1,9%
(-) Disponibilidades - Caixa e Equivalentes (R\$ mil)	34.973	38.819	-9,9%	59.653	-41,4%
Dívida líquida (R\$ mil)	1.349.848	1.248.621	8,1%	1.351.920	-0,2%
Dívida bruta / EBITDA(3)*	1,72	2,36	-27,1%	1,85	-7,0%
EBITDA(2) / Encargos de Dívida(2)*	5,50	4,20	31,0%	5,18	6,2%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,45	0,44	2,3%	0,46	-2,2%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,44	0,43	2,3%	0,45	-2,2%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

(2) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses

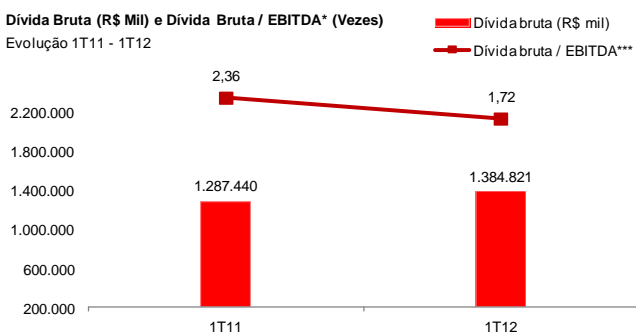
A dívida financeira bruta da Ampla Energia encerrou o 1T12 em R\$ 1.385 milhões, um incremento de 7,6% em relação ao 1T11, que foi de R\$ 1.287 milhões (+R\$ 97 milhões), reflexo conjugado da 6ª emissão de debêntures não conversíveis da companhia, no montante de R\$ 300 milhões em duas séries, e a amortização da 1ª série da 4ª emissão de debêntures não conversíveis da companhia, ambas as operações ocorridas em julho de 2011

A Ampla Energia encerrou o 1T12 com o custo médio da dívida em 12,18% a.a., ou CDI + 0,9% a.a.

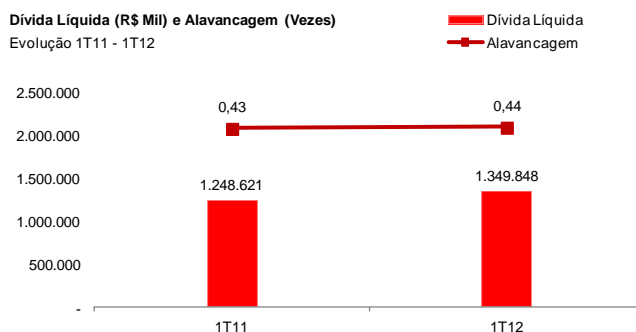
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

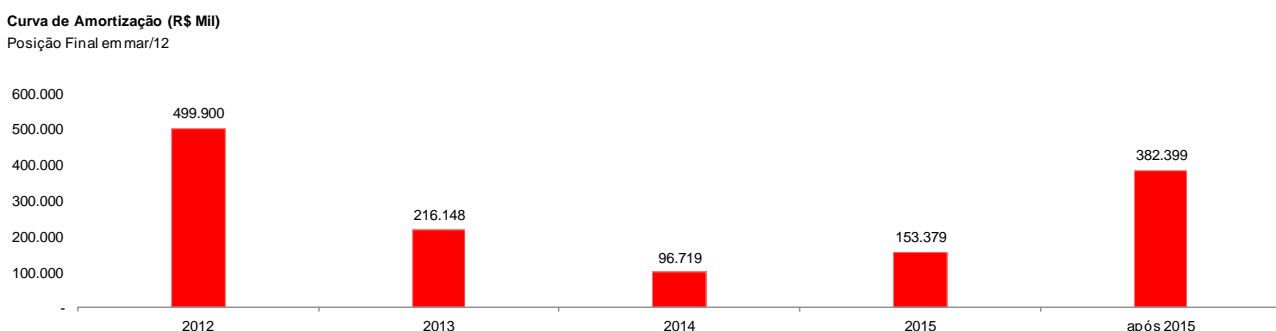
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Veze)
Evolução 1T11 - 1T12



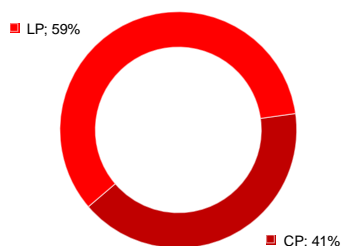
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)
Evolução 1T11 - 1T12



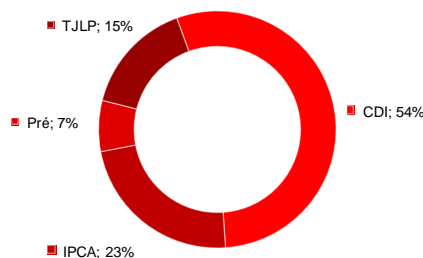
Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final em mar/12



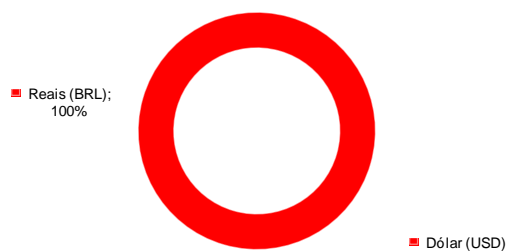
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em mar/12



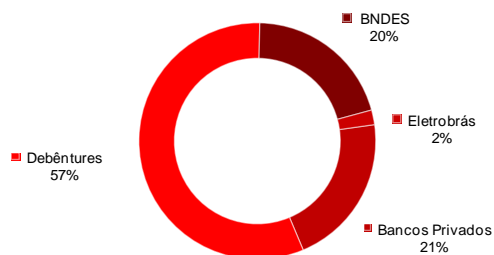
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em mar/12



Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em mar/12



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em mar/12



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. %(1)
Investimentos por Demanda	62.777	50.141	25,2%	44.799	40,1%
Novas Conexões	52.536	49.017	7,2%	33.401	57,3%
Atendimento à Demanda	10.241	1.124	-	11.398	-10,2%
Qualidade do Sistema Elétrico	8.863	24.404	-63,7%	32.374	-72,6%
Programa Luz para Todos (PLPT)	-	1.753	-100,0%	2.369	-100,0%
Combate às Perdas	23.766	24.093	-1,4%	57.707	-58,8%
Outros	(2.627)	3.453	-176,1%	17.956	-114,6%
Total Investido	92.779	103.844	-10,7%	155.205	-40,2%
Aportes / Subsídios	(5.659)	(986)	-	(6.365)	-11,1%
Investimento Líquido	87.120	102.858	-15,3%	148.840	-41,5%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

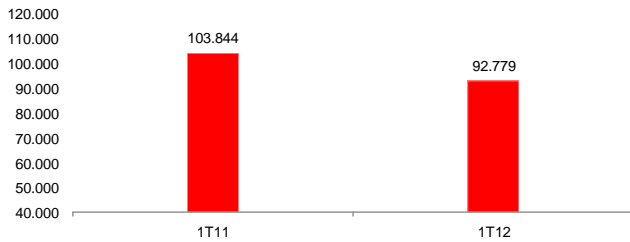
Comentário do Desempenho

Os investimentos realizados pela Ampla Energia no 1T12 alcançaram R\$ 93 milhões*, uma redução de 10,7% (-R\$ 11 milhões) em relação ao 1T11, cujo montante foi de R\$ 104 milhões*.

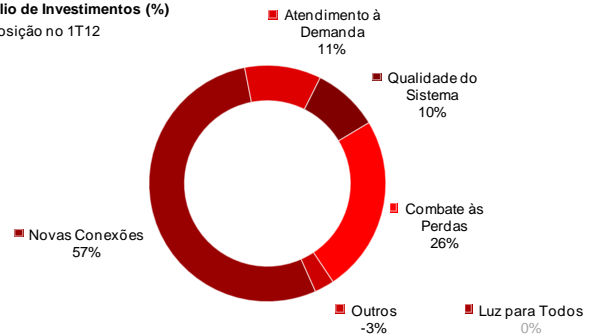
O maior volume, no 1T12, foi direcionado aos investimentos em novas conexões, que representou 56,6%, (R\$ 53 milhões) de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla Energia no 1T12 atingiram R\$ 87 milhões*, montante 15,3% inferior ao realizado no 1T11 (R\$ 103 milhões).

Investimentos Totais (R\$ Mil)*
Evolução 1T11 - 1T12

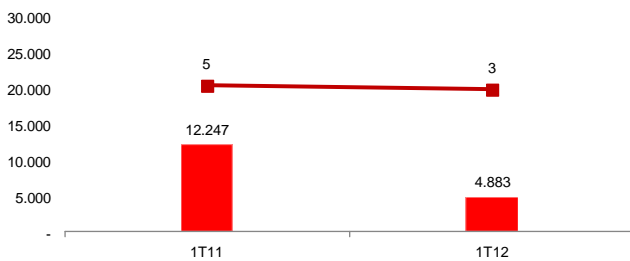


Portfólio de Investimentos (%)
Composição no 1T12

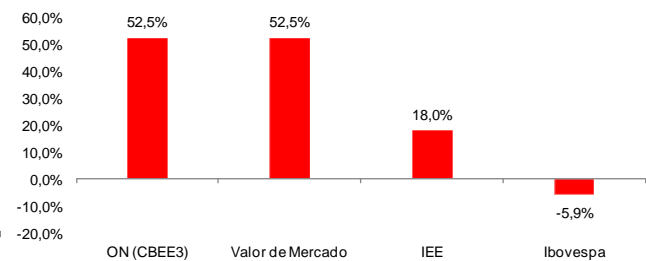


Mercado de Capitais

Média Diária de Negócios (Negócios) e Volume Médio Diário (R\$)*
Evolução 1T11 - 1T12



Indicadores de Mercado - Variação 12 meses (%)*
Dados até mar/12



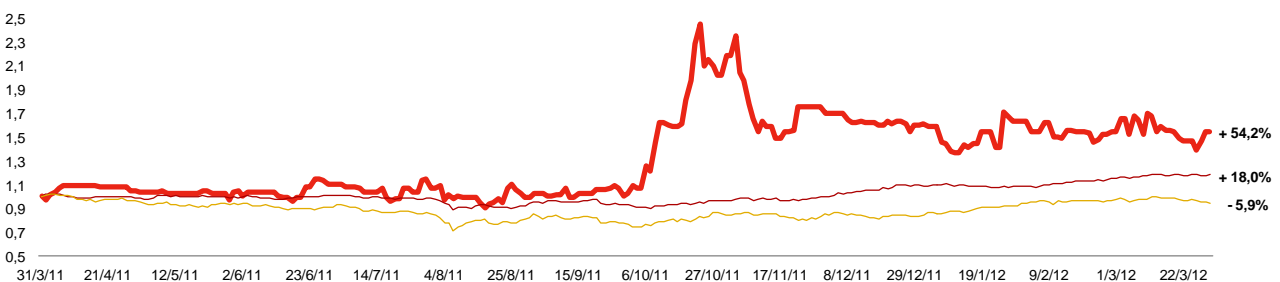
0,36% do Capital Social da Ampla estão em livre negociação na BM&FBovespa e representam o seu *free float*. 99,64% estão nas mãos do grupo controlador.

A Ampla possui, atualmente, apenas 1 papel negociado na BM&FBovespa: sua ação ordinária (CBEE3), que no 1T11 teve uma média de 3 negócios diários e um volume financeiro diário médio de R\$ 5 mil.

A ação ordinária (CBEE3) apresentou valorização de 52,5% no 1T12 em relação ao 1T11, enquanto o Ibovespa e o IEE apresentaram desvalorização de 5,9% e valorização de 18,0% respectivamente. 18,6% nos 12 meses até março de 2012, enquanto o IEE e o Ibovespa apresentaram valorização de 18,0% e desvalorização de 5,9%, respectivamente. Ajustando-se as cotações pelos proventos deliberados, a valorização da ação ordinária (CBEE3) seria de 54,2%.

Em 04 de outubro de 2011, a Endesa Latinoamérica S.A. ("Endesa Latam") concluiu com a EDP – Energias de Portugal S.A. ("EDP") o processo de compra e venda de ações, por meio do qual a Endesa Latam adquiriu as 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia e, conseqüentemente, deu início a Oferta Pública de Aquisição – OPA, cuja conclusão se deu em 16 de abril de 2012, com a realização do leilão na BM&FBovespa, adquirindo um lote adicional de 10.354.610 ações ordinárias.

Evolução diária CBEE3, IEE e IBOVESPA - base 1
Dados de 12 meses - até mar/12



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

5

TEMAS RELEVANTES

Reajuste Tarifário Anual de 2012

O Reajuste Tarifário da Ampla Energia de 2012, com vigência a partir do dia 15 de março de 2012, estabeleceu um incremento nas tarifas de 8,11%, sendo o efeito médio a ser percebido pelo mercado cativo da Companhia de 7,01%, tendo em vista a retirada da tarifa dos componentes financeiros oriundos do reajuste tarifário anual anterior.

Compra e Venda de Ações de propriedade da EDP

Em 04 de outubro de 2011, a Endesa Latinoamérica consumou com a EDP – Energias de Portugal a operação de compra e venda de ações, por meio da qual a Endesa Latinoamérica adquiriu 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia.

Dentro do prazo fixado na Instrução CVM nº 361, de 05 de março de 2002, após ultimadas as providências cabíveis em curso, de contratação de instituição intermediária e de emissão do laudo de avaliação da companhia, a Endesa Latinoamérica apresentou, no dia 15 de março de 2012, à Comissão de Valores Mobiliários o pedido para realização de Oferta Pública objetivando a aquisição da totalidade das ações emitidas pela Companhia em circulação no mercado.

No dia 16 de abril de 2012, foi concluído o leilão da oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação. Com a conclusão do leilão, a Endesa Latinoamérica adquiriu 10.354.610 ações ordinárias de emissão da Companhia. A liquidação da OPA ocorreu em 19 de abril de 2012.

Resta em circulação um total de 14.238.838.779 ações, o que representa 0,36% do capital total da Companhia.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1: DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO (R\$ MIL)

	1T12	1T11	Var. %	4T11	Var. % (1)
Receita Operacional	1.357.860	1.270.660	6,9%	1.268.876	7,0%
Fornecimento de Energia	1.171.521	1.053.812	11,2%	1.023.554	14,5%
Baixa Renda	6.345	21.581	-70,6%	15.525	-59,1%
Suprimento de Energia Elétrica	12.987	9.117	42,4%	15.141	-14,2%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	61.758	69.042	-10,6%	55.406	11,5%
Receita de Construção (IFRIC 12)	88.882	102.858	-13,6%	135.368	-34,3%
Outras Receitas	16.367	14.250	14,9%	23.882	-31,5%
Deduções da Receita	(465.453)	(449.495)	3,6%	(375.716)	23,9%
ICMS	(303.247)	(299.787)	1,2%	(263.810)	14,9%
PIS	(13.452)	(12.952)	3,9%	(3.608)	272,8%
COFINS	(61.961)	(58.848)	5,3%	(16.618)	272,9%
ISS	(1.120)	(980)	14,3%	(410)	173,2%
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	(15.053)	(14.028)	7,3%	(25.592)	-41,2%
Subvenções CCC e CDE	(60.132)	(54.108)	11,1%	(60.020)	0,2%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(8.040)	(6.580)	22,2%	(3.719)	116,2%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	(2.448)	(2.212)	10,7%	(1.939)	26,3%
Receita Operacional Líquida	892.407	821.165	8,7%	893.160	-0,1%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	(717.875)	(683.768)	5,0%	(732.346)	-2,0%
Custos e despesas não gerenciáveis	(432.047)	(405.332)	6,6%	(441.547)	-2,2%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(366.735)	(336.988)	8,8%	(372.764)	-1,6%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(1.842)	(1.791)	2,8%	(2.240)	-17,8%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(63.470)	(66.553)	-4,6%	(66.543)	-4,6%
Custos e despesas gerenciáveis	(285.828)	(278.436)	2,7%	(290.799)	-1,7%
Pessoal	(40.354)	(32.236)	25,2%	(42.683)	-5,5%
Material e Serviços de Terceiros	(65.755)	(63.540)	3,5%	(80.398)	-18,2%
Custo de Desativação de Bens	(8.686)	2.133	-	(4.133)	110,2%
Depreciação e Amortização	(47.969)	(44.364)	8,1%	(47.239)	1,5%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.269)	(12.784)	11,6%	730	-
Provisão para Contingências	(12.667)	(15.696)	-19,3%	30.730	-141,2%
Custo de Construção (IFRIC 12)	(88.882)	(102.858)	-13,6%	(135.368)	-34,3%
Outras Despesas Operacionais	(7.246)	(9.091)	-20,3%	(12.438)	-41,7%
EBITDA (2)	222.501	181.761	22,4%	208.053	6,9%
Margem EBITDA	24,93%	22,13%	2,80 p.p	23,29%	1,64 p.p
Resultado do Serviço	174.532	137.397	27,0%	160.814	8,5%
Resultado Financeiro	(62.306)	(47.832)	30,3%	(78.656)	-20,8%
Receita Financeira	20.182	22.133	-8,8%	9.486	112,8%
Renda de Aplicação Financeira	1.629	1.839	-11,4%	3.447	-52,7%
Multas e Acréscimos Moratórios	15.227	12.237	24,4%	10.723	42,0%
Receita Ativo Indenizável	2.117	6.452	-67,2%	3.202	-33,9%
Outras Receitas Financeiras	1.209	1.605	-24,7%	(7.886)	-115,3%
Despesas financeiras	(82.488)	(69.965)	17,9%	(88.142)	-6,4%
Encargos de Dívidas	(33.260)	(34.309)	-3,1%	(35.581)	-6,5%
Atualização Financeira de provisão para contingências	(16.500)	(3.540)	-	(9.269)	78,0%
Encargo de Fundo de Pensão	(12.517)	(5.633)	122,2%	(8.482)	47,6%
Multas e Acréscimos Moratórios	(1.273)	(1.619)	-21,4%	(3.434)	-62,9%
Variações Monetárias	(4.437)	(2.870)	54,6%	(5.268)	-15,8%
Indenizações DIC / FIC	(8.470)	(11.541)	-26,6%	(5.045)	67,9%
IOF	(1.148)	(1.414)	-18,8%	(1.079)	6,4%
Outras Despesas Financeiras	(4.883)	(9.039)	-46,0%	(19.984)	-75,6%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	112.226	89.565	25,3%	82.158	36,6%
Tributos (IR e CSLL)	(38.110)	(30.502)	24,9%	(54.365)	-29,9%
Lucro Líquido do Período	74.116	59.063	25,5%	27.793	166,7%
Margem Líquida	8,31%	7,19%	1,12 p.p	3,11%	5,20 p.p
Lucro por Ação (R\$/lote de mil ações)	0,019	0,015	-	0,007	100,0%

(1) Variação entre 1T12 e 4T11

(2) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Para o período findo em 31 de março de 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026.

A autorização para conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ("ITR") ocorreu em reunião de diretoria realizada em 11 de maio de 2012.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, publicadas na imprensa oficial em 19 de abril de 2012, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e regulamentados pela CVM.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As informações trimestrais são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das informações trimestrais da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments* ("IFRS 8"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("*chief operating decision maker*"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.5.1. Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita--Continuação

2.5.2. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.5.3. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.6.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável) e cauções.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Empréstimos e recebíveis--Continuação

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6.1.2. Consumidores, concessionários e permissionários

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência, sendo demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas informações trimestrais.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.3. Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação.

2.7. Ativo indenizável (concessão)

A Companhia registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro se encontra classificado como "empréstimos e recebíveis" e registrado pelo valor presente do direito, sendo calculado com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, os quais serão reversíveis no final da concessão. Este ativo é mantido ao custo amortizado e é remunerado, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (*WACC* regulatório), estipulado

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira o grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor dos ativos na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

2.8. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Imobilizado--Continuação

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9. Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, nº 611, de 22 de dezembro de 2009, e nº 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam, respectivamente, o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão ("OCPC 05").

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.10. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Impostos

2.12.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil) no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, da base de cálculos desses tributos.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.12.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultados preparados pela Administração da Companhia.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Impostos--Continuação

2.12.2. Impostos diferidos--Continuação

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

2.13. Taxas regulamentares

Por atuar em um setor regulado, a Companhia está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à Companhia são as seguintes:

2.13.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação da ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Taxas regulamentares--Continuação

2.13.2. Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

2.13.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

2.13.4. Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.13.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Taxas regulamentares--Continuação

2.13.6. Encargo do Serviço do Sistema - ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.14. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.15. Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.16. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Distribuição de dividendos--Continuação

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

2.17. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados (“CPC 33”). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 24.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 24.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e contas correntes bancárias	15.950	9.216
Aplicações financeiras	9.730	50.272
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>25.680</u>	<u>59.488</u>

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fundos de investimentos exclusivos	8.316	42.111
Total de fundos exclusivos	<u>8.316</u>	<u>42.111</u>
Outras aplicações financeiras		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	1.401	3.069
Fundo de Investimento	13	5.092
Total de outras aplicações financeiras	<u>1.414</u>	<u>8.161</u>
Total de aplicações financeiras	<u>9.730</u>	<u>50.272</u>

As aplicações financeiras estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fundos exclusivos		
Títulos públicos	3.651	108
Operações compromissadas	5.642	52
Outros	-	5
Total de aplicações financeiras	<u>9.293</u>	<u>165</u>

A composição total da carteira de fundos exclusivos em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 está apresentada abaixo:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	1.882	40
Cotas de fundos de investimentos	6.434	42.071
Total classificado como equivalentes de caixa	<u>8.316</u>	<u>42.111</u>
Títulos públicos	3.651	108
Operações compromissadas	5.642	52
Outros	-	5
Total classificado como aplicações financeiras	<u>9.293</u>	<u>165</u>
Total de aplicações financeiras	<u>17.609</u>	<u>42.276</u>

Fundos de investimentos referem-se a fundos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.

Fundos exclusivos referem-se a fundos onde os cotistas são empresas do Grupo Endesa Brasil, os quais possuem em seus portfólios títulos públicos, CDBs, operações compromissadas e outros.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Consumidores, concessionários e permissionários

i) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2012	31/12/2011
I) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante					
Classe de consumidores					
Residencial	94.247	98.626	71.868	264.741	203.709
Industrial	35.840	6.787	13.166	55.793	51.683
Comercial	35.888	20.433	37.248	93.569	79.879
Rural	9.818	1.959	9.469	21.246	20.311
Poder público Iluminação Pública	27.143	16.889	97.752	141.784	134.050
Serviço público	4.172	188	733	5.093	9.915
Revenda	5.839	-	-	5.839	4.339
Subtotal	212.947	144.882	230.236	588.065	503.886
Receita não faturada (b)	138.448	-	-	138.448	130.173
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	8.131	8.131	7.549
Outros créditos	403	-	-	403	403
Total circulante	351.798	144.882	238.367	735.047	642.011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(121.436)	(110.201)
Total líquido de consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante	351.798	144.882	238.367	613.611	531.810

ii) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo não circulante

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2012	31/12/2011
Parcelamento de débitos (a)	74.097	-	-	74.097	74.097
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(53.177)	(53.230)
Total não circulante	74.097	-	-	20.920	20.867

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	(163.431)
(Adição) reversão	(13.353)
Baixa	2.171
Saldos em 31 de março de 2012	(174.613)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

- ii) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo não circulante
--Continuação

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

a) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso.

b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

7. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kwh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliando a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Com o advento da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº. 407/2010, e, posteriormente pela Resolução Normativa nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

7. Consumidores de baixa renda--Continuação

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente as distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados nos critérios das antigas Resoluções normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção essa advinda da conta de desenvolvimento energético - CDE. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber em 31 de março de 2012 é R\$ 6.008 (R\$ 22.157 em 31 de dezembro de 2011).

8. Tributos a compensar

	31/03/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	17.002	-	16.236	-
ICMS	41.937	53.753	53.377	48.362
PIS e COFINS	18.417	25.864	28.012	25.684
Outros tributos	2.278	-	2.279	-
Total de tributos a compensar	79.634	79.617	99.904	74.046

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos e de pagamentos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal.

O crédito de ICMS, registrado em ativo circulante e no ativo não circulante, no valor total de R\$ 86.768 em 31 de março de 2012 (R\$ 101.739 em 31 de dezembro de 2011) refere-se, basicamente, à Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do ICMS, quando se referir à aquisição de bens para o ativo fixo (conforme definido pela legislação fiscal) seja compensado em 48 meses.

Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a Companhia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

9. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	31/03/2012		31/12/2011	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bradesco Premium	Fundo de Investimento	-	19.636	-	19.210
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de Investimento	30.819	-	26.748	-
Bradesco	CDB	-	3.976	-	3.882
Itaú	CDB	-	289	-	282
Total		30.819	23.901	26.748	23.374

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica. Os depósitos do Itaú FI Unibanco TOP DI em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 referem-se às retenções contratuais de fornecedores de serviços e garantia de contrato de financiamento.

10. Ativos e passivos regulatórios (energia livre)

	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativos						
Encargo emergencial	3.824	-	3.824	3.832	-	3.832
Total de ativos regulatórios	3.824	-	3.824	3.832	-	3.832
Passivos						
Energia livre	25.008	3.985	28.993	24.331	3.892	28.223
Encargo emergencial	874	-	874	874	-	874
Total de passivos regulatórios	25.882	3.985	29.867	25.205	3.892	29.097

Energia livre

A Resolução ANEEL nº 387/2009 estabeleceu a metodologia de cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento. Através da Resolução, a ANEEL alterou a metodologia que foi aplicada durante todo o período pós-acionamento. Com a publicação do Despacho ANEEL/SFF nº 1.068/2011, foram fixados os montantes finais do Repasse de Energia Livre, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, ambas signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, bem como os montantes finais a serem devolvidos aos consumidores finais, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução Normativa nº 387/2009.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Ativos e passivos regulatórios (energia livre)--Continuação

Encargo emergencial

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005, o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

11. Outros créditos

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Gastos a reembolsar - consumidores	3.585	3.583
Alienações em curso	3.478	3.531
Sindicato	5.658	5.658
Serviços em curso (a)	20.654	13.316
Consumidores - serviços prestados (b)	55.271	52.600
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.796	2.796
Convênio de arrecadação (c)	-	13.373
Adiantamentos a empregados	3.794	3.039
Assistência médica aposentados	5.539	5.389
Adiantamentos a fornecedores	444	92
Outros	1.282	444
Provisão para perda na realização de outros créditos (d)	<u>(32.847)</u>	<u>(31.930)</u>
Total	<u>69.654</u>	<u>71.891</u>

(a) Serviços em curso: são registrados os custos (pessoal, material e serviços) com a realização de projetos de desenvolvimento e eficiência energética.

(b) Consumidores - serviços prestados: destina-se ao registro de créditos contra terceiros pela prestação de serviços, por créditos provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.

(c) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas.

(d) Provisão para perda na realização de outros créditos: representa substancialmente o risco de

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

realização de créditos pelos serviços prestados a terceiros.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

12. Depósitos vinculados a litígios (depósitos judiciais)

O saldo dos depósitos vinculados a litígios está segregado da seguinte forma:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Trabalhistas	110.451	107.831
Cíveis	35.165	34.401
Fiscais	3.578	3.414
Total	<u>149.194</u>	<u>145.646</u>

13. Ativo indenizável (concessão)

Os Contratos de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996 celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Ampla Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1) e do OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A Administração estima que a indenização do ativo financeiro da concessão será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a infraestrutura da concessão reversível, apurado com base no custo de aquisição/ construção, deduzido das obrigações especiais, ainda não amortizado, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	416.918
Transferências do ativo intangível	129.500
Receita financeira - ativo indenizável	15.118
Saldo em 31 de dezembro de 2011	561.536
Transferências do ativo intangível	161.954
Receita financeira - ativo indenizável	2.117
Saldo em 31 de março de 2012	725.607

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Tributos diferidos

A Companhia reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

Ativo	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	98.604	97.014	35.498	34.925	134.102	131.939
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51.865	48.841	18.671	17.583	70.536	66.424
Provisão para perdas de estoque	207	241	75	87	282	328
Provisão Enertrade	27.747	25.463	9.989	9.167	37.736	34.630
Outras provisões	3.468	7.043	1.248	2.536	4.716	9.579
Ativo indenizável (concessão)	-	-	-	-	-	-
Desreconhecimento de ativo regulatório	5.118	(14.937)	1	1	5.119	(14.936)
Benefício pós emprego	133.324	132.608	47.997	47.735	181.321	180.343
Total	320.333	296.273	113.479	112.034	433.812	408.307

Passivo	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento de passivo regulatório	17.314	17.314	6.233	3.627	23.547	20.941
Ativo indenizável (concessão)	4.156	6.233	1.703	1.512	5.859	7.745
Total	21.470	23.547	7.936	5.139	29.406	28.686

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2011	408.307	28.686
Adições (reduções) do resultado do exercício	25.505	720
Adições de outros resultados abrangentes	-	-
Saldo em 31 de março de 2012	433.812	29.406

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Tributos diferidos--Continuação

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	Montante a realizar	
	31/03/2012	31/12/2011
2012	45.652	45.609
2013	46.873	35.623
2014	46.904	35.654
2015	46.729	35.480
2016 a 2018	140.283	106.534
2019 a 2021	107.371	149.407
Total	433.812	408.307

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

15. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	31/03/2012			Valor líquido	31/12/2011
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais		Valor líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	3.785.686	(1.514.937)	(262.300)	2.008.449	2.153.846
Software	86.347	(71.314)	-	15.033	17.416
Em curso					
Direito de uso da concessão	427.013	-	(24.569)	402.444	374.289
Software	19.645	-	-	19.645	19.955
Total	4.318.691	(1.586.251)	(286.869)	2.445.571	2.565.506

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso			Total	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais		Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.973.317	(1.536.391)	(265.664)	2.171.262	406.897	(12.653)	394.244	2.565.506
Adições	-	-	-	-	100.798	(11.916)	88.882	88.882
Baixas	(367)	339	-	(28)	-	-	-	(28)
Amortização	-	(50.199)	3.364	(46.835)	-	-	-	(46.835)
Transferências	61.037	-	-	61.037	(61.037)	-	(61.037)	-
Transferências para o ativo indenizável	(161.954)	-	-	(161.954)	-	-	-	(161.954)
Saldo em 31 de março de 2012	3.872.033	(1.586.251)	(262.300)	2.023.482	446.658	(24.569)	422.089	2.445.571

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, estipulada em média em 19,76 anos, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão, conforme divulgado na Nota 13.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 22 e 23 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 24 e 25 anos, com média de 25 anos, o que corresponde ao acréscimo de 3 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção da ICPC 01 (R1) e da OCPC05.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 31 de março de 2012, na reclassificação de R\$ 158.935 da conta de ativo intangível para o ativo indenizável, conforme divulgado na Nota 13, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas desde o 2º ciclo às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, com base em uma taxa média de 4,43%.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

Programa de universalização

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução Normativa nº 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013 como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

Programa de universalização--Continuação

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

16. Fornecedores

	31/03/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica		
Furnas Centrais Elétricas	19.698	18.185
Itaipu (Eletrobras)	34.525	34.562
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	13.154	12.348
Companhia Energética de São Paulo - CESP	8.738	7.938
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	5.741	5.204
Encargo de uso da rede	19.214	18.570
Contrato de uso do sistema de distribuição-LIGHT	11.891	16.461
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-SPOT	5.173	13.264
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	18.596	17.190
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	3.833	3.618
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR's	49.574	32.718
Materiais e serviços	122.850	137.807
Total	312.987	317.865

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	Encargos de dívida		Principal			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
BNDES (Finame) (a)	11	12	2.214	2.214	3.544	4.098
BNDES (Capex) (b)	77	153	16.225	32.449	-	-
BNDES (Capex 2011) (c)	233	161	5.221	3.496	57.434	59.159
BNDES (Capex 2011) (c)	383	313	12.344	8.229	86.329	90.443
BNDES (Capex 2011) (c)	420	346	12.344	8.229	86.329	90.443
Eletrobras (d)	4	4	2.940	2.940	19.009	19.745
Eletrobras (e)	1	1	-	-	5.752	5.752
Bradesco S.A. 3º contrato (f)	190	41	5.340	5.340	-	-
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (f)	945	3.260	40.000	40.000	-	20.000
Banco Alfa S.A. (f)	1.072	2.951	45.000	50.000	-	-
União dos Bancos Brasileiros S.A. (f)	244	94	5.320	5.320	-	-
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (f)	2.128	127	60.000	15.000	-	-
HSBC Bank Brasil S.A. 2º Contrato (f)	537	506	15.000	60.000	-	-
Banco do Brasil S.A. (f)	3.726	992	-	-	100.000	100.000
Banco Itaú S.A. (f)	190	6	6.675	6.675	-	-
Conta Garantida Banco Itaú S.A. (g)	-	-	2.932	-	-	-
Total	10.161	8.967	231.555	239.892	358.397	389.640

	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
BNDES (Finame) (a)	20/08/2009	15/01/2015	Mensal	Fiança bancária	4,50%
BNDES (Capex) (b)	03/11/2006	15/06/2012	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 5,20%
BNDES (Capex 2011) (c)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,70%
BNDES (Capex 2011) (c)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2011) (c)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 4,10%
Eletrobras (d)	01/06/2004	30/05/2021	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,00%
Eletrobras (e)	21/05/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e nota promissória	7,00%
Bradesco S.A. 3º contrato (f)	28/12/2007	03/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (f)	01/02/2008	07/01/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
Banco Alfa S.A. (f)	10/01/2007	30/07/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,95%
União dos Bancos Brasileiros S.A. (f)	26/11/2007	30/10/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (f)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,95%
HSBC Bank Brasil S.A. 2º Contrato (f)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,85%
Banco do Brasil S.A. (f)	04/12/2007	30/10/2013	Bullet	Nota promissória	CDI + 0,97%
Banco Itaú S.A. (f)	28/07/2007	28/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,13%
Conta Garantida Banco Itaú S.A. (g)	02/03/2012	02/04/2012	Mensal	-	14%

- BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao Banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- BNDES Capex: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 301.425, para o plano de investimento da Companhia no período de 2006/2008, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 73% do valor do contrato.
- BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 331.397, para o plano de investimento da Companhia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 79% do valor contratado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- d) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- e) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- f) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia.
- g) Conta garantida: utilizada como opção de curto prazo para cobertura de emergência de caixa.

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de março de 2012:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida financeira líquida/(PL + dívida financeira líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA/despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31/03/2012	31/12/2011
2013	134.063	165.352
2014	45.853	45.885
2015	43.970	44.000
2016	43.840	43.871
2017	43.452	43.483
Após 2017	47.219	47.049
Total	358.397	389.640

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Variação dos indexadores da dívida acumulados nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Indexador	31/03/2012	31/12/2011
IPCA	1,22%	6,50%
IGP-M	0,62%	5,10%
TJLP	1,47%	6,00%
CDI	11,39%	11,64%
SELIC	2,48%	11,62%

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	248.859	389.640	638.499
Ingressos	-	-	-
Conta garantida	2.932	-	2.932
Encargos	14.802	-	14.802
Transferência de prazo	31.243	(31.243)	-
Amortizações de principal	(42.513)	-	(42.513)
Pagamento de juros	(13.607)	-	(13.607)
Saldos em 31 de março de 2012	241.716	358.397	600.113

18. Debêntures

	31/03/2012			31/12/2011		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
1ª série - 4ª emissão	3.063	185.000	-	9.384	185.000	-
1ª série - 5ª emissão	3.753	115.330	-	576	115.330	-
2ª série - 5ª emissão	3.649	-	154.024	530	-	152.100
1ª série - 6ª emissão	3.842	-	117.000	590	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	11.809	-	189.845	7.911	-	187.464
(-) Custo de transação	-	(830)	(1.777)	-	(932)	(1.880)
	26.116	299.500	459.092	18.991	299.398	454.684

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Debêntures--Continuação

Mutação de debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Passivo em 31 de dezembro de 2011	318.389	454.684	773.073
Capta�o	-	-	-
Amortiza�o do principal	-	-	-
Encargos provisionados	18.458	-	18.458
Encargos pagos	(11.333)	-	(11.333)
Varia�o monetária	-	4.305	4.305
Transferência de prazos	-	-	-
Custo de transa�o amortizado	102	103	205
Passivo em 31 de março de 2012	325.616	459.092	784.708

Características das emissões:

Série	4� emissão Série �nica
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em a�es
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10
Data de emissão	01 de agosto de 2006
Vencimento inicial	01 de agosto de 2011
Vencimento final	01 de agosto de 2012
Atualiza�o monetária	Sem atualiza�o
Repactua�o	Não haverá
Remunera�o	CDI + 0,85% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortiza�o programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1� ao final do 5� ano a partir da data da emissão e a 2� na data do vencimento das debêntures
Data de amortiza�o	2011 e 2012

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Debêntures--Continuação

Série	5ª emissão 1ª série	5ª emissão 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2013
Vencimento final	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 8,30% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Parcela única na data do vencimento	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2012	2013, 2014 e 2015

Série	6ª emissão 1ª série	6ª emissão 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Debêntures--Continuação

4ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais. Em 31 de março de 2012, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

5ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais. Em 31 de março de 2012, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. Em 31 de março de 2012, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Debêntures--Continuação

6ª Emissão--Continuação

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, quais sejam:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Limite
4ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,90
4ª emissão	Dívida líquida de CP/EBITDA (máximo)	1,50
4ª emissão	EBITDA/despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,30
5ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão	EBITDA/despesas financeiras Líquidas (mínimo)	2,50
6ª Emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão	EBITDA/despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
2ª série - 5ª emissão	51.341	51.341	51.341	-	-	154.023
1ª série - 6ª emissão	-	-	58.500	58.500	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	-	-	-	63.282	126.563	189.845
(-) Custo de transação	(411)	(476)	(432)	(224)	(233)	(1.776)
Total a amortizar	50.930	50.865	109.409	121.558	126.330	459.092

19. Tributos a pagar

	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	23.023	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.921	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	36.353	33.434
Programa de integração social - PIS	7.767	7.133
Imposto sobre serviços - ISS	576	2.456
INSS s/ terceiros	4.856	8.103
Outros	1.030	2.135
Total	82.526	53.261

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Taxas regulamentares

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Conta de consumo de combustível - CCC	11.183	11.183
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.861	7.937
Reserva global de reversão - RGR	14.640	14.123
Encargo de energia reserva - EER	153	1.376
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	101	101
Encargos ex-isolados	1.405	1.234
Total	<u>36.343</u>	<u>35.954</u>

21. Parcelamento especial

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial - PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R\$ 42.489 (sendo R\$ 18.433 de principal; R\$ 21.231 de atualização pela SELIC; R\$ 2.703 de multa; e R\$ 122 de honorários advocatícios), em 120 meses. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Companhia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Companhia quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de março de 2012 é de R\$ 11.101 (R\$ 12.657 em 31 de dezembro de 2011).

Em 29 de abril de 2010, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado REFERJ, instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a Companhia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 2.974, sendo R\$ 2.605 de ICMS e R\$ 369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECPS). A esses valores foi somado o montante de R\$ 179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

março de 2012 é de R\$ 2.310 (R\$ 2.279 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

21. Parcelamento especial--Continuação

A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	31/03/2012			31/12/2011		
	REFIS	REFERJ	Total	REFIS	REFERJ	Total
Saldo inicial	12.657	2.279	14.936	18.578	2.890	21.468
(-) Pagamentos	(1.647)	(72)	(1.719)	(12.600)	(1.152)	(13.752)
(+) Atualização	91	103	194	6.679	541	7.220
Saldo final	11.101	2.310	13.411	12.657	2.279	14.936
Circulante	6.609	770	7.379	6.548	667	7.215
Não circulante	4.492	1.540	6.032	6.109	1.612	7.721
Total do passivo	11.101	2.310	13.411	12.657	2.279	14.936

22. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, montantes dos saldos, natureza das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

	31/03/2012				31/12/2011			31/03/2011
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)
Enersis Agência (a) Diversos	236	2	99	(2.298)	235	2	99	(484)
Endesa Brasil S.A. (b) Conta corrente	424	-	-	-	424	-	-	-
Fundação Brasiletros (c) Fundo de pensão	-	-	532.106	(12.517)	-	-	529.230	(6.536)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia (d) Compra de energia	-	415	-	(944)	-	433	-	-
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (e) Compra de energia	-	691	-	(1.535)	-	618	-	-
Outras	-	-	-	-	-	226	-	-
Total de transações com partes relacionadas	660	1.108	532.205	(17.294)	659	1.279	529.329	(7.020)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(532.106)	-	-	-	(529.230)	-
Total	660	1.108	99	(17.294)	659	1.279	99	(7.020)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

22. Partes relacionadas--Continuação

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Enersis Agência

A Companhia possui um contas a pagar com a empresa Enersis Agência no valor de R\$ 101 (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2011), referente a compra de software.

b) Endesa Brasil S.A.

O montante de R\$ 424 (R\$ 424 em 31 de dezembro de 2011) representa contas a receber da Companhia com sua controladora referente a pagamentos de diversos gastos administrativos.

c) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Companhia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária indicada pela BRASILETROS.

O total de despesas no trimestre findo em 31 de março de 2012 foi de R\$ 12.517 (R\$ 6.536 em 31 de março de 2011).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

22. Partes relacionadas--Continuação

d) Companhia de Interconexão Energética (CIEN)

As Portarias Interministeriais nº 210 e 211, de 04/04/2011, equipararam como Transmissora a CIEN e homologaram a sua RAP (Receita Anual Permitida), a partir da celebração do contrato de prestação de serviço de transmissão (CPST) com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

A Companhia incorreu em despesas com a Rede Básica junto à CIEN no montante de R\$ 944 no período findo em 31 de março de 2012 (nulo em 31 de março de 2011). Em 31 de março de 2012, o saldo do passivo era de R\$ 415 (R\$ 433 em 31 de dezembro de 2011).

e) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA)

A Companhia participou do 2º leilão para compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes ("2º LEILÃO"), em 02/04/2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão nº 1/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15/03/2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30/09/2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 147, de 23/02/2005.

Esse leilão resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica entre as partes, com vigência até dia 31/12/2015 e energia contratada de 4,039 MWMédios.

Esse contrato totalizou um montante de R\$ 1.535 como custo de energia comprada no período findo em 31 de março de 2012 (nulo em 31 de março de 2011) e o correspondente passivo de R\$ 691 em 31 de março de 2012 (R\$ 618 em 31 de dezembro de 2011).

EN Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil)

A Companhia mantém contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, efetuando o repasse após a arrecadação. O contrato é datado de 17 de dezembro de 2009 e seu prazo de vigência é de 04 (quatro) anos contados a partir da data de sua aprovação pela ANEEL.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

22. Partes relacionadas--Continuação

EN Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil)--Continuação

Em caso de inadimplemento pela Companhia, a Prátil poderá notificá-la para no prazo de 5 (cinco) dias úteis satisfazer plenamente a obrigação descumprida, sob pena de multa não compensatória no valor de 50% (cinquenta por cento) da média mensal de todo valor arrecadado pela Prátil em razão do contrato, sem

prejuízo do pagamento de eventuais perdas e danos a que der causa a título de indenização suplementar.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não havia saldo a pagar.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2012 é de R\$ 1.515 (R\$ 1.072 em 31 de março de 2011).

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Benefícios de curto prazo	1.490	1.020
Benefícios pós-emprego	25	52
Total	<u>1.515</u>	<u>1.072</u>

23. Programas de P&D/eficiência energética

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Programas de P&D/eficiência energética--Continuação

As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça de série, lote pioneiro e inserção no mercado).

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

A seguir apresentamos a composição dos saldos desses passivos:

	31/03/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Eficiência Energética - PEE	19.425	-	15.363	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.228	-	8.116	2.266
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(288)	-	(301)	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(144)	-	(150)	-
Total	31.221	-	23.028	2.266

24. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Ampla, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante. .

24. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de março de 2012, no montante de R\$ 532.106 (R\$ 529.230 em 31 de dezembro de 2011), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

- a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM n° 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano,

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Ampla tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

Despesa total reconhecida no resultado:

	31/03/2012			31/03/2011				
	Total	PCA	PACV	PAMA	Total	PCA	PACV	PAMA
Despesa total reconhecida no resultado								
Custo do serviço corrente	18	(5)	23	-	903	(8)	911	-
Custo dos juros	26.908	17.478	3.066	6.364	24.499	16.447	4.339	3.713
Retorno esperado dos ativos do plano	(14.409)	(11.037)	(3.372)	-	(18.865)	(12.602)	(6.263)	-
Total de despesas/ (receitas)	12.517	6.436	(283)	6.364	6.537	3.837	(1.013)	3.713

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)--Continuação

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais premissas atuariais	Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	Plano de Assistência Médica
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	10,50%	10,50%	10,50%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	11,10%	11,10%	N/A
Taxa do crescimento salarial	6,59%	6,59%	N/A
Taxa de inflação esperada	4,5%	4,5%	4,5%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,5%	4,5%	N/A
Tábua geral de mortalidade (q_x)	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica
Tábua de mortalidade de inválidos	q_x da AT-49 (+6)	q_x da AT-49	N/A

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões em 31 de março de 2012:

	31/12/2011	31/03/2012			Saldo acumulado
	Saldo acumulado	Adições/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	153.594	994	2.406	(1.250)	155.744
Cíveis (b)	322.449	11.888	12.591	(12.418)	334.510
Fiscais (c)	21.327	(215)	1.503	(199)	22.416
Total	497.370	12.667	16.500	(13.867)	512.670

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Provisões com risco provável--Continuação

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações trabalhistas de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

Os principais riscos contabilizados referem-se aos seguintes temas:

- ▶ URP (Unidade de Reposição de Preço) - Referente a perdas salariais ocorridas à época do plano econômico do Governo Federal, no montante de R\$ 51.034 em março de 2012 (R\$ 50.171 em dezembro de 2011);
- ▶ Reintegração ao Emprego, no montante de R\$ 4.922 em março de 2012 (R\$ 4.838 em dezembro de 2011);
- ▶ Vínculo Empregatício, no montante de R\$ 7.497 em março de 2012 (R\$ 6.841 em dezembro de 2011);
- ▶ Horas Extras, no montante de R\$ 3.653 em março de 2012 (R\$ 3.099 em dezembro de 2011);
- ▶ Diferenças Salariais, no montante de R\$ 3.644 em março de 2012 (R\$ 3.582 em dezembro de 2011);
- ▶ Adicional de Periculosidade, no montante de R\$ 3.318 em março de 2012 (R\$ 3.262 em dezembro de 2011);
- ▶ Acidente de Trabalho, no montante de R\$ 899 em março de 2012 (R\$ 804 em dezembro de 2011);
- ▶ Diferença de FGTS, no montante de R\$ 1.074 em março de 2012 (R\$ 1.057 em dezembro de 2011);
- ▶ Enquadramento, no montante de R\$ 1.906 em março de 2012 (R\$ 1.873 em dezembro de 2011);
- ▶ Ticket Refeição, no montante de R\$ 2.572 em março de 2012 (R\$ 2.528 em dezembro de 2011);
- ▶ Plano de Desligamento Incentivado, no montante de R\$ 1.600 em março de 2012 (R\$ 1.573 em dezembro de 2011);
- ▶ Verbas Rescisórias, no montante de R\$ 1.648 em março de 2012 (R\$ 1.127 em dezembro de 2011);

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Provisões com risco provável--Continuação

a) Riscos trabalhistas--Continuação

- ▶ Danos Morais, no montante de R\$ 868 em março de 2012 (R\$ 851 em dezembro de 2011);
- ▶ Abono Salarial, no montante de R\$ 557 em março de 2012 (R\$ 547 em dezembro de 2011).
- ▶ Previdenciário - Referente às contribuições previdenciárias de trabalhadores temporários, através das empresas fornecedoras de mão de obra e ao não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário pago aos “patrulheiros”, no montante de R\$ 12.993 em dezembro de 2011 e sem alteração em março de 2012.

Os demais processos que compõem o saldo da provisão em 31 de março de 2012 têm como objeto os mesmos temas citados acima e outros, todos de baixo valor reclamado.

b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, cujo montante contabilizado em 31 de março de 2012 era de R\$ 21.397, (R\$ 20.723 em 2011) indenização por acidentes/morte com energia elétrica no montante de R\$ 27.000 em 31 de março de 2012, (R\$ 25.362 em 2011) desapropriações no montante R\$ 35.936 em 31 de Março de 2012 (R\$34.947 em 2011), ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais no montante de R\$ 16.320 em 31 de março de 2012 (R\$ 16.359 em 2011).

Além dos processos descritos acima, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui registrado um passivo contingente referente à disputa arbitral com a Enertrade - Comercializadora de Energia S.A. por conta do preço praticado pela compra de energia. O contrato inicial previa um preço de 97,42 R\$/MWh que subsequentemente foi reduzido e homologado pela ANEEL em 72,64 R\$/MWh, sendo este o preço que a Companhia vinha praticando em suas operações com a Enertrade.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Provisões com risco provável--Continuação

b) Riscos cíveis--Continuação

Em 19 de março de 2009, foi dada a decisão arbitral final, onde o tribunal decretou entre outras:

- ▶ A extinção do contrato em 28 de agosto de 2006, anulando as obrigações contratuais posteriores que já foram objeto de liquidação;
- ▶ Pagamento das diferenças entre o preço da energia previsto no contrato e o valor homologado pela ANEEL com relação ao período compreendido entre o início do contrato até 28 de agosto de 2006, corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% ao mês.

Em razão da decisão arbitral, a Companhia ingressou em maio de 2009 com ação judicial para anular os efeitos da referida sentença arbitral e suspender a sua exigibilidade. Fez-se necessário então, provisionar o valor do laudo arbitral - R\$ 69.029, que atualizado até 31 de março de 2012 era de R\$ 110.988 (R\$ 101.851 em 2011). Esse valor é atualizado mensalmente, conforme critérios de atualização do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, onde tramita atualmente a ação anulatória.

Ficará constituído o inadimplemento da Ampla quando esta deixar de liquidar qualquer dos pagamentos nas datas de seus vencimentos incidindo sobre o valor principal das parcelas em atraso, após atualizadas monetariamente os acréscimos de juros efetivos de 12% (doze por cento) ao ano calculados "*pro rata die*" e multa de 2% (dois por cento) do valor da fatura em mora.

O restante do valor constante na provisão em 31 de março de 2012 no valor de R\$ 104.274 (R\$ 123.207 em 2011), subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Provisões com risco provável--Continuação

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais aos quais a Companhia está exposta são:

ICMS - Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 31 de março de 2012 de R\$ 8.992 (R\$ 8.284 em 2011). A Companhia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS - Créditos fiscais indevidos

A Ampla recebeu dois autos de infração por não ter efetuado os estornos proporcionais de parte dos créditos que apropriou decorrente das entradas de mercadorias destinadas ao seu ativo permanente, como decorrência de ter efetivado fornecimento (saída) de energia elétrica isento ou não tributável, para a CENF (Nova Friburgo) e ELEKTRO (São Paulo). Os mencionados autos referem-se aos períodos de novembro de 1996 a outubro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999 e possuem o valor atualizado em 31 de março de 2012 de R\$ 1.140 e R\$ 503 (R\$ 1044 e R\$ 462 em 2011), respectivamente. Ambas as autuações estão aguardando julgamento pelo Conselho Pleno do Rio de Janeiro. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de perda é provável em relação a 80% dos dois autos de infração, motivo pelo qual a Administração optou por registrar uma provisão de R\$ 1.314.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

As principais contingências possíveis são:

	Causas possíveis	
	31/03/2012	31/12/2011
Trabalhistas (a)	238.660	133.392
Cíveis (b)	440.956	346.739
Fiscais (c)	1.412.308	1.229.245
Pequenas causas (d)	156.387	156.754
Total	2.248.311	1.866.130

a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, etc.

b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2012 é de R\$ 796.815 (R\$ 776.172 em 2011).

COFINS - Auto de Infração período pós imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Companhia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à observância da noventena. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24/08/2009 foi apresentado pela Companhia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O agravo foi julgado contra a Companhia e em 05/05/2010, A Companhia foi notificada dessa decisão. Em 05/07/2010, a Companhia foi intimada para apresentar os valores que representam os ingressos financeiros e, em 26/07/2010, apresentou resposta à intimação. Aguarda-se julgamento do recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2012, é de R\$ 175.014 (R\$ 171.332 em 2011).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Prazo de recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso. Em 26/08/2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Ampla o recurso administrativo apresentado. Em 01/09/2010 a Ampla apresentou recurso ao Conselho Pleno que aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2012, é de R\$ 203.289 (R\$ 185.733 em 2011).

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia recebeu três Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro/1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999 e julho de 1997 a outubro de 1998, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. Para os dois primeiros autos de infração a Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa e para o terceiro aguarda inscrição em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro para prosseguir com a discussão na esfera judicial. Os valores atualizados em 31 de março de 2012 representam respectivamente R\$ 11.237, R\$ 1.727 e R\$ 21.897 (R\$ 10.333, R\$ 1.590 e R\$ 20.124 em 2011).

Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de nov/98 a mar/99 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de março de 2012 de R\$ 17.059 (R\$ 14.290 em 2011). Em 22/08/2011 proferida a sentença de primeira instância que julgou improcedente o

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

pedido feito por Ampla. Aguarda-se julgamento de segunda instância judicial.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Companhia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2012 é de R\$ 15.756 (R\$ 14.485 em 2011).

ICMS - Saída de bens para reparação

A Companhia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de março de 2012 de R\$ 12.602 e R\$ 12.426 (R\$ 10.553 e R\$ 11.420 em 2011), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. No primeiro processo: em 09/12/2010, foi publicada sentença que julgou improcedente os embargos à execução fiscal. Em 14/12/2010, a Ampla opôs embargos de declaração. Em 12/05/2011, foi proferida decisão que julgou improcedentes os embargos de declaração. Em 30/05/2011, foi interposto recurso de apelação contra sentença proferida. Em relação à segunda anulatória: Em 07/06/2011, foi publicada sentença que julgou improcedentes os embargos à execução. Em 13/06/2011, a AMPLA opôs embargos de declaração que foram julgados e rejeitados em dez/2011. A Companhia apresentou recurso de apelação que aguarda julgamento.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Cumprimento de decisão judicial

A Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro vem lavrando notas de lançamento com o objetivo de impedir a decadência do seu direito de constituir créditos de ICMS e ICMS-FECP referentes a valores que, por decisão judicial, a Ampla foi obrigada a deixar de incluir nas faturas dos clientes e conseqüentemente de recolher ao Estado. As decisões judiciais foram concedidas em processos em que litigam o Estado do Rio de Janeiro e determinados clientes da Companhia acerca da ilegalidade da incidência do ICMS sobre o valor da demanda contratada ou da alíquota de ICMS aplicável. Em 31 de março de 2012, o valor atualizado envolvido nessas 160 notas de lançamento é de R\$ 29.560 e a Companhia aguarda, na maioria dos casos, decisão de primeira instância administrativa.

Taxa de uso de solo

A Companhia possui 8 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de março de 2012 de R\$ 71.015 (R\$ 67.010 em 2011). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em cinco Execuções Fiscais, todas aguardam decisão de 1ª instância judicial.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

Imposto Sobre Serviços - ISS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Companhia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de março de 2012 de R\$ 9.263 (R\$ 9.153 em 31 de dezembro de 2011), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Companhia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de março de 2012 de R\$ 1.452 (R\$ 1.390 em 2011), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a Ampla apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Taxa de empachamento

Em 01 de junho de 2009, Ampla ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empachamento e exigência de licença municipal prévia para que a Companhia possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor estimado em 31 de março de 2012 é de R\$ 6.250. Em maio de 2010, a Ampla apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial.

A companhia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$ 26.946.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

Ativo contingente

A Companhia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como requereu a restituição dos valores pagos em razão desta majoração. O valor atualizado deste processo em 31 de março de 2012 de R\$ 108.417 (R 105.980 em 2011). A Companhia obteve decisão favorável de primeira e segunda instância judicial. Em 16 de junho de 2011, a União apresentou Recurso Extraordinário que aguarda exame de admissibilidade.

d) Pequenas causas

Os principais processos no Juizado Especial Cível são relacionados aos seguintes objetos: interrupção e oscilação temporária de energia, furto de energia, corte, aumento no valor da conta, produtos (seguros), ressarcimento de aparelhos queimados e Serasa.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal, representadas por 3.922.515.918.446 ações ordinárias em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro 2011, conforme composição acionária abaixo.

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Endesa Brasil S.A.	1.839.121.933.344	46,90
Chilectra Inversud S.A.	824.607.526.461	21,02
Enerjis S.A.	536.591.907.868	13,68
Chilectra S.A.	405.768.824.339	10,34
Endesa Latinoamerica S.A.	302.176.533.045	7,70
EDP - Energias de Portugal S.A.	-	-
Outros	14.249.193.389	0,36
Total de ações em circulação	<u>3.922.515.918.446</u>	<u>100,00</u>

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	(Não auditado)		(Não auditado)			
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Fornecimento faturado						
Residencial	2.138.156	2.081.393	1.190.630	1.173.926	643.315	571.774
Industrial	4.773	4.834	267.477	339.015	104.893	111.098
Comércio, serviços e outras	146.612	145.321	549.683	539.577	279.792	297.464
Rural	61.912	61.149	61.249	58.464	17.227	15.483
Poder público	13.160	12.553	119.710	120.532	62.944	60.256
Iluminação pública	1.447	1.344	119.946	117.761	34.444	31.699
Serviços públicos	1.270	1.134	77.618	75.257	20.630	18.892
	2.367.330	2.307.728	2.386.313	2.424.532	1.163.245	1.106.666
Fornecimento não faturado					8.276	(52.854)
Consumidores, concessionários e permissionários					1.171.521	1.053.812
Suprimento de energia elétrica	14	5	103.816	93.794	12.987	9.117
Baixa renda	-	-	-	-	6.345	21.581
Disponibilidade da rede elétrica	-	-	-	-	61.758	69.042
Receita de construção	-	-	-	-	88.882	102.858
Outras receitas	-	-	-	-	16.367	14.250
Receita operacional bruta					1.357.860	1.270.660
(-) Deduções da receita						
ICMS	-	-	-	-	(303.247)	(299.787)
PIS	-	-	-	-	(13.452)	(12.952)
COFINS	-	-	-	-	(61.961)	(58.848)
ISS	-	-	-	-	(1.120)	(980)
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(15.053)	(14.028)
Subvenções CCC/CDE	-	-	-	-	(60.132)	(54.108)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(8.040)	(6.580)
Encargo ex-isolados	-	-	-	-	(2.448)	(2.212)
Total de deduções de receita					(465.453)	(449.495)
Total	2.367.344	2.307.733	2.490.129	2.518.326	892.407	821.165

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

28. Resultado do serviço

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	31/03/2012			31/03/2011	
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(23.576)	-	(16.778)	(40.354)	(32.236)
Material	(2.084)	(1.261)	(90)	(3.435)	(4.296)
Serviços de terceiros	(50.302)	(922)	(11.096)	(62.320)	(59.244)
Energia elétrica comprada para revenda	(366.735)	-	-	(366.735)	(336.988)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(55.089)	-	-	(55.089)	(47.961)
Encargos de serviços do sistema	(8.381)	-	-	(8.381)	(18.592)
Custos na desativação de bens	(6.547)	-	(2.139)	(8.686)	2.133
Depreciação e amortização	(46.341)	-	(1.628)	(47.969)	(44.364)
PCLD clientes – líquidas	-	(14.269)	-	(14.269)	(12.784)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(12.667)	(12.667)	(15.696)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(1.842)	-	-	(1.842)	(1.791)
Custo de construção	(88.882)	-	-	(88.882)	(102.858)
Outros custos operacionais	(3.188)	-	(4.058)	(7.246)	(9.091)
Total	(652.967)	(16.452)	(48.456)	(717.875)	(683.768)

A composição dos custos com energia elétrica é como segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Energia elétrica comprada		
Itaipu Binacional	(56.682)	(47.698)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	(14.883)	(10.520)
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	-	(11.656)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(183.550)	(130.054)
Light S.A./Cenf/Elektro	(41.042)	(34.959)
Proinfa	(13.047)	(10.486)
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits	(55.709)	(52.436)
Outros	(1.822)	(39.179)
Subtotal	(366.735)	(336.988)
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede básica	(44.592)	(38.756)
Encargos de conexão	(5.913)	(4.900)
Outros encargos	(4.584)	(4.305)
Subtotal	(55.089)	(47.961)
Total	(421.824)	(384.949)

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

28. Resultado do serviço--Continuação

A composição de outros custos e outras despesas operacionais é como segue:

Outros custos e despesas operacionais	31/03/2012	31/03/2011
Aluguéis	(2.884)	(2.982)
Tributos	(1.066)	(1.094)
Despesas postais	(757)	(574)
Despesas gerais	(215)	(1.018)
Publicidade e propaganda	(78)	(68)
Indenizações a terceiros	(489)	(1.507)
Seguros	(593)	(418)
Estagiários	(713)	(522)
Publicações legais e assinaturas	(48)	-
Doações, contribuições e subvenções	(400)	(744)
Transporte próprio	(3)	-
Perda na desativação de bens e direitos	-	-
Outros	-	(164)
Total	(7.246)	(9.091)

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

28. Resultado do serviço--Continuação

A composição do resultado financeiro é como segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.629	1.839
Multas e acréscimos moratórios	15.227	12.237
Transações com partes relacionadas	-	484
Variações monetárias diversas	714	671
Receita de ativo indenizável	2.117	6.452
Outras receitas financeiras, líquida	495	450
Total	20.182	22.133
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(14.802)	(17.356)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(16.500)	(3.540)
Encargo de fundo de pensão	(12.517)	(5.633)
Multas e acréscimos moratórios	(1.273)	(1.619)
Variações monetárias debêntures	(4.305)	(2.717)
Variações monetárias diversas	(132)	(153)
Juros debêntures	(18.458)	(16.953)
Custo de transação debêntures	(244)	(351)
Indenizações DIC/FIC	(8.470)	(11.541)
Juros Selic s/P&D	(280)	(918)
IOF	(1.148)	(1.414)
Outras despesas financeiras, líquida	(4.359)	(7.770)
Total	(82.488)	(69.965)
Resultado financeiro	(62.306)	(47.832)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

29. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

Descrição	31/03/2012	%	31/03/2011	%
Lucro antes do IRPJ e CSLL	112.226	100%	89.565	100%
Alíquota nominal	38.157	34%	30.452	34%
Adições permanentes				
Participações nos lucros (administradores)	290	0,76%	125	0,33%
Doações	-	0,00%	132	0,35%
Benefícios indiretos	14	0,04%	36	0,09%
Atualizações financeiras contingências *	-	0,00%	-	0,00%
Depreciação Lei 8.200 **	49	0,13%	53	0,14%
Perdas	-	0,00%	-	0,00%
Perdas com clientes - reversão PCLD	-	0,00%	-	0,00%
Doações indedutíveis	-	0,00%	-	0,00%
Outros ajustes (imaterial)	-	0,00%	-	0,00%
	353		346	
Deduções permanentes				
Incentivo fiscal do PAT	(394)	(1,03%)	(291)	(0,76%)
Adicional do IRPJ	(6)	(0,02%)	(5)	(0,01%)
	(400)		(296)	
IRPJ/CSLL diferidos no resultado (despesa)	(24.785)	(22,08%)	1.833	1,63%
IRPJ/CSLL corrente no resultado (despesa)	62.895	56,04%	28.669	25,55%
	38.110	33,96%	30.502	27,18%

* Considerado apenas para cálculo do IRPJ.

** Considerado apenas para cálculo do CSLL.

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 65 municípios do estado do Rio de Janeiro e um município em Minas Gerais. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

c) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“*covenants*” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos “*covenants*” financeiros.

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida	1.384.821	1.385.227
Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	(34.973)	(34.973)
Dívida líquida (a)	1.349.848	1.350.254
Patrimônio líquido (b)	1.709.852	1.635.736
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	0,44	0,45

(a) A dívida é representada pelo saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, vide maiores detalhes nas Notas 17 e 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Entretanto, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Para minimizar esse risco, a Companhia busca a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação no 1º trimestre de 2012 fossem iguais as esperadas para o ano de 2012, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

31/03/2012	Aumento/ redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	0,53%	1.096	1.096
TJLP	0,00%	-	-
IPCA	(0,09%)	151	151

f) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**Fatores de risco--Continuação**f) Risco de liquidez--Continuação

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de março de 2012						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	600	2.537	14.295	66.318	45.280	129.030
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	8.527	66.732	187.197	280.990	43.519	586.965
Debêntures	-	27.803	334.465	468.243	146.342	976.853
	9.127	97.072	535.957	815.551	235.141	1.692.848
Em 31 de dezembro de 2011						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	612	2.461	12.784	67.652	48.498	132.007
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	37.306	15.704	227.795	306.299	52.820	639.924
Debêntures	11.227	-	364.835	468.848	144.371	989.281
	49.145	18.165	605.414	842.799	245.689	1.761.212

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 quanto à utilização da conta:

Conta garantida	31/03/2012	31/12/2011
Contratada	225.000	140.000
Utilizada	955	-

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/03/2012		31/12/2011	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	25.680	25.680	59.488	59.488
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	2	9.293	9.293	165	165
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	54.720	54.720	50.122	50.122
Consumidores concessionários	Empréstimos e recebíveis	2	634.531	634.531	552.677	552.677
Ativo indenizável (concessão)	Empréstimos e recebíveis	3	566.671	566.671	561.536	561.536
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	2	600.113	595.590	638.499	600.186
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	2	784.708	789.637	773.073	637.658
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	312.987	312.987	317.865	317.865

As aplicações financeiras registradas nas informações trimestrais aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia que fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Valor justo hierárquico--Continuação

- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

Indexador do contrato	31/03/2012	Cenário + 25%	Cenário + 50%
CDI	63.813	77.500	90.905
IPCA	46.574	51.085	55.545
TJLP	18.956	21.763	24.537
Fixo	7.192	7.192	7.192
Total	136.535	157.540	178.179

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

	Vigência até	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
ITAIPU	2023	195.188	203.971	213.150	222.742	232.765	6.750.184
PROINFA	2030	52.189	54.538	56.992	59.557	62.237	3.734.647
ENERTRADE	2022	45.259	47.295	49.424	51.648	53.972	378.837
CCEAR 2005	2012	268.770	-	-	-	-	-
CCEAR 2006	2013	251.570	262.890	-	-	-	-
CCEAR 2007	2014	44.853	46.872	48.981	-	-	-
CCEAR 2007 - Energia Existente (A-1)	2014	6.097	6.372	6.658	-	-	-
CCEAR 2008 - Energia Existente	2015	76.168	79.595	83.177	86.920	-	-
CCEAR 2009 - Energia Existente	2016	42.191	44.089	46.073	48.146	50.313	-
CCEAR 2008 - Energia Nova	2022/2037	20.275	21.188	22.141	23.137	24.179	233.204
CCEAR 2009 - Energia Nova	2023/2038	22.148	23.144	24.186	25.274	26.412	271.999
CCEAR 2009 - Energia Nova (A-3)	2023/2038	33.677	35.193	36.776	38.431	40.161	1.105.404
CCEAR 2010 - Energia Nova	2024/2039	84.746	88.560	92.545	96.710	101.062	2.527.968
CCEAR 2011 - Energia Nova	2025/2040	45.293	47.331	49.461	51.687	54.013	1.452.214
CCEAR 2010 - Energia Nova (A-3)	2024	7.605	7.947	8.305	8.679	9.069	88.898
CCEAR 2012 - Energia Nova (A-5)	2026/2041	111.586	116.607	121.854	127.338	133.068	3.102.593
CCEAR 2011 - Energia Nova (A-3)	2025	28.028	29.289	30.607	31.985	33.424	377.298
CCEAR 2013 - Energia Nova (A-5)	2027/2042	-	422.618	441.636	461.510	482.278	7.429.416
CCEAR 2012 - Energia Nova (UHE Santo Antonio)	2041	128	11.970	31.850	49.915	54.193	2.523.812
CCEAR 2013 - Energia Nova (UHE Jirau)	2042	-	30.768	60.016	87.790	109.303	5.433.574
CCEAR 2016 - Energia Nova (A-5)	2035/2045	-	-	-	-	20.403	741.338
Total		1.335.771	1.580.237	1.423.832	1.471.469	1.486.852	36.151.386

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do trimestre findo em 31 de março de 2012 exercício de 2011 que foram homologados pela ANEEL.

32. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação para o trimestre findo em 31 de março 2012 foi de R\$ 4.345 (R\$ 1.865 em 31 de março de 2011).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 março de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Lucro por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o trimestre findo em 31 de março de 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

	31/03/2012	31/03/2011
Lucro líquido	74.116	59.063
Número de ações	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	0,01890	0,01506

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 3.922.515.918.446 (três trilhões, novecentos e vinte e dois bilhões, quinhentos e quinze milhões, novecentos e dezoito mil e quatrocentos e quarenta e seis) ações ordinárias.

34. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$ 572.393, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$ 860.694 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$ 46.681. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$ 234.165 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/07/2011	30/06/2012	572.393	46.681
Responsabilidade civil	01/07/2011	30/06/2012	n/a	234.165

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionista da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4

Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC - 1RJ 094.644/O-0